



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2023

Governo da República Federativa do Brasil
e
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

**PROJETO: INOVAÇÃO NAS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGROPECUÁRIA PARA CONSERVAÇÃO
FLORESTAL NA AMAZÔNIA LEGAL**

Brasília – DF
Abril de 2023

SUMÁRIO

1.	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	3
1.1.	CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO DO SETOR RELACIONADO AO PROJETO	3
1.2.	PROBLEMA ESPECÍFICO A SER ABORDADO	4
2.	JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO IICA E ENQUADRAMENTO NO PLANO DE MÉDIO PRAZO	6
3.	CENÁRIO FINAL ESPERADO	9
4.	BENEFICIÁRIOS CONFORME A ESTRATÉGIA DO PROJETO, O GRUPO ALVO DO PROJETO É DIFERENCIADO POR CADA COMPONENTE	11
5.	OBJETIVOS E RESULTADOS DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	11
5.1	OBJETIVO SUPERIOR (DA COOPERAÇÃO ALEMÃ)	12
5.2.	OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO	12
5.3.	OBJETIVOS IMEDIATOS E RESULTADOS	12
6.	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	16
6.1.	ARRANJO INSTITUCIONAL	16
6.2.	ARRANJOS INSTITUCIONAIS COM OUTROS ATORES	20
6.3.	INSTITUIÇÕES SUB-EXECUTORAS	20
7.	CAPACIDADE DE CONTRAPARTIDA DA ENTIDADE EXECUTORA NACIONAL	32
8.	MATRIZ LÓGICA DO PROJETO	33
9.	INSUMOS	38
9.1.	CUSTOS DIVERSOS	40
10.	ORÇAMENTO	40
11.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	40
12.	CONTEXTO LEGAL	41

Governo da República Federativa do Brasil

e

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Projeto de Cooperação Técnica

Título: “Inovação nas Cadeias Produtivas da Agropecuária para Conservação Florestal na Amazônia Legal”.

Sede do Projeto: Brasília DF

Área Temática: Agricultura e Sustentabilidade; Inovação; Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo; Mudança Climática, Recursos Naturais e Gestão de Riscos

Entidade Executora Nacional: Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA

Fonte dos Recursos: KfW

Origem dos recursos da Instituição Doadora: Governo Alemão

Valor Total do Projeto: \$18.000.000,00 (dezoito milhões de euros)

Duração: 5 anos

Breve descrição do Projeto: O projeto visa (1) fornecer, de maneira integrada, informações sobre a situação dos imóveis rurais e dos produtos das principais cadeias produtivas (priorizando inicialmente a cadeia da carne bovina, considerando a ampliação do sistema para as cadeias da madeira e da soja) para subsidiar políticas públicas e estimular o comportamento do mercado à favor de uma produção em conformidade com leis e normas socioambientais; (2) ampliar iniciativas inovadoras já existentes e estimular novas iniciativas de rastreabilidade da origem dos produtos no nível estadual/ municipal; e (3) fomentar medidas de regularização socioambiental em regiões estratégicas, ajudando os produtores rurais que tenham um passivo ambiental, para que regularizem sua situação, aumentando o número de estabelecimentos em conformidade socioambiental nos seus sistemas de produção.

1. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

1.1. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO SETOR RELACIONADO AO PROJETO

O aumento da demanda dos mercados internacionais por produtos em conformidade com normas legais e requisitos ambientais e sociais (“compliance”) exige o aprimoramento de ferramentas/ mecanismos que comprovem, de forma simples e inteligível, a regularidade ambiental e o respeito a outros requisitos associadas à produção agropecuária e florestal em seus imóveis rurais. A insuficiência de ferramentas e capacidades que permitam a geração, análise e monitoramento integrado da situação socioambiental dos imóveis rurais, e a falta de integração com os documentos de transporte dos produtos intermediários ao longo da cadeia, limitam a efetividade e eficiência de políticas públicas e a diferenciação e valorização de produtos das cadeias produtivas (da carne bovina, da madeira, da soja) no mercado.

A agropecuária na Amazônia tem um grande potencial ainda não explorado para contribuir na conservação da floresta tropical através da inovação de cadeias produtivas. O governo brasileiro reconhece esse potencial e a necessidade de políticas e instrumentos relacionados ao fortalecimento da regularização ambiental e a promoção de uma agropecuária sustentável. O Código Florestal brasileiro (na sua versão da Lei nº 12.651/2012) é o alicerce da concepção do projeto. A conformidade com os requisitos estabelecidos para o uso da terra e a

conservação da vegetação nativa em imóveis rurais (especialmente em relação às Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal).

Uma das formas de mitigação do desmatamento é o Plano ABC pertencente ao MAPA, este plano tem por finalidade a organização e o planejamento das ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, selecionadas com o objetivo de responder aos compromissos de redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no setor agropecuário assumidos pelo país. Uma das ações do Plano ABC é a recuperação de pastagens degradadas, objetivando recuperar áreas antes produtivas, evitando, desta forma, a abertura de novas áreas ocupadas por vegetação nativa.

A floresta tropical da Amazônia é vital para a conservação da biodiversidade global, a regulação do clima e sequestro de carbono, bem como para o bem-estar da sociedade humana através do fornecimento de vários serviços ecossistêmicos, que garantem – entre outros – a produção agropecuária. A conservação florestal e a regularização ambiental dos imóveis rurais são condições importantes para promover sistemas de produção em acordo com a atual legislação e normas ambientais.

O monitoramento histórico do desmatamento na Amazônia demonstra reduções significativas a partir de 2004 e que as menores taxas anuais vêm sendo obtidas a partir de 2009, quando foi estimada em 7.464 km²/ano. Os resultados acumulados se aproximam da meta estabelecida pela Política Nacional sobre Mudança no Clima (Lei nº 12.187/2009) de 3.925 km²/ano em 2020, equivalente a uma redução acumulada de 80% em relação à média estimada entre 1996 e 2005, cujo valor é de 19.625 km²/ano. Entretanto, não se observa, a partir de 2009, a mesma tendência de queda em grandes magnitudes verificada nas fases anteriores. Para que taxas de desmatamento sejam mantidas em queda, a baixos patamares, é necessária uma transição para um modelo de desenvolvimento que valorize o uso sustentável da floresta e das áreas consolidadas, e que fomente os processos de regularização ambiental nos imóveis rurais que hoje integram a base de produção de produtos agropecuários consumidos no país e no exterior.

1.2. PROBLEMA ESPECÍFICO A SER ABORDADO

A floresta tropical da Amazônia é vital não apenas para garantir o bem-estar da sociedade humana através do fornecimento de vários serviços ecossistêmicos, mas também para preservar a biodiversidade brasileira e global, regular o sistema climático, bem como descarbonizar a atmosfera por meio do sequestro de carbono e outros processos de resfriamento evaporativo que mitigam o aquecimento global.

Nos últimos anos, a taxa anual de desmatamento na Amazônia voltou a aumentar em 2016/ 2017 para 6.947 km², e em 2017/ 2018 para 7.900 km² (INPE, 2019). Conforme dados atuais do Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real (DETER), o aumento do desmatamento registrado nas unidades de conservação e florestas protegidas é alarmante: entre agosto de 2016 a julho de 2017 o sistema registrou 161 km² de desmatamento, entre agosto de 2017 a julho de 2018 aumentou para 202 km², e os dados atuais entre agosto de 2018 e maio de 2019 com 150,8 km² indicam um novo recorde histórico de desmatamento na região amazônica. Os primeiros 15 dias de maio de 2019 são os piores no mês em uma década com 19 hectares/h (aproximadamente 27 campos de futebol), em média, o dobro do registrado no mesmo período de 2018 (ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Em 2016, cerca 95% do desmatamento na Amazônia ocorreu de forma ilegal, 24% em florestas públicas ainda não destinadas e em áreas sem informação (IPAM, 2017). A dimensão continental da Amazônia, o histórico de colonização e a complexidade da situação fundiária favorecem a ocupação ilegal de terras públicas para fins especulativos. O desmatamento e a subsequente utilização para pastagens são utilizados como estratégias de usurpação de terras

públicas (“grilagem”), muitas vezes associadas com trabalho análogo ao escravo ou com conflitos fundiários.

Problema chave: Em uma década a produção de carne bovina na Amazônia cresceu mais de 25% (de 48,7 milhões de cabeças de gado em 2007 para 62,2 milhões em 2017). Mesmo assim, só na Amazônia há cerca de 10 milhões de hectares de pastagens abandonadas ou mal aproveitadas. 65% da área desmatada na região estão ocupadas por pastagens, com uma taxa de lotação média de menos de uma cabeça de gado por hectare (IPAM, 2017). Estas pastagens abandonadas, se estiverem localizadas em áreas de conservação, conforme o Código Florestal, podem ser destinadas a regeneração natural ou a recuperação das mesmas para destinação agropecuária se estiverem em áreas produtivas.

Os mecanismos de conservação florestal e de promoção da conformidade das cadeias produtivas com leis e normas socioambientais são insuficientes, favorecendo desmatamento ilegal e a aplicação de práticas não sustentáveis associadas com as cadeias produtivas da carne bovina, da soja e da madeira, sendo assim, faz-se necessário a implantação de mecanismos e políticas públicas que objetivem a melhoria na produtividade do setor agropecuário, sendo que, para que se obtenha um crescimento no volume produzido, não seja necessária a abertura de novas áreas.

Principais causas:

a) Falta de integração de dados sobre o transporte dos produtos intermediários (gado, toras de madeira, grão de soja) com o imóvel rural de origem desses produtos (dados espalhados em várias instituições e níveis do governo). Especialmente órgãos estaduais e municipais enfrentam limitações em termos de capacidade humana e técnica para promover a regularização ambiental e o cumprimento de leis e normas relacionadas à produção sustentável.

b) Distorção do mercado/ concorrência desleal: Atualmente, os mecanismos do mercado não valorizam ou favorecem produtos que foram produzidos de forma sustentável em conformidade com o código florestal e outros requisitos socioambientais. A abrangência de iniciativas de rastreabilidade é limitada devido à falta de tecnologias de rastreabilidade de baixo custo e alta eficiência.

c) Descumprimento de leis e normas socioambientais: Produtores enfrentam desincentivos e altos custos de transação para atingir/ manter a conformidade com leis e normas socioambientais. Instrumentos e capacidades para controlar fornecedores indiretos (carne) são insuficientes. O bloqueio de fornecedores (como por exemplo, no caso do TAC) sem a possibilidade de regularização resulta em fuga para mercados locais e regionais menos visados. A falta de controle e/ ou assistência técnica resulta em práticas não sustentáveis, como por exemplo pastagens de baixa eficiência com menos de um boi por hectare.

d) Informações sobre a situação da origem dos produtos das principais cadeias produtivas são insuficientes, dificultando o controle social e a credibilidade. A abrangência da cooperação entre governo, setor privado e sociedade civil é limitada.

Impactos negativos: A falta de ferramentas para uma análise integrada da situação socioambiental dos imóveis rurais limita a eficiência e eficácia das políticas públicas. A falta de integração da regularização ambiental com uma produção agropecuária sustentável põe em risco o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Na ausência de mecanismos de verificação da conformidade da origem (compliance) com o código florestal e outros requisitos, e sem estímulos para uma produção agropecuária sustentável, o desmatamento pode prejudicar cada vez mais as cadeias produtivas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. As deficiências na regularização ambiental resultam na fragmentação e degradação de florestas, na perda de

biodiversidade, na subsequente redução de serviços ambientais, no aumento das emissões de gases estufa e no aumento da vulnerabilidade ambiental e social.

Nas últimas décadas, o governo brasileiro reconheceu a necessidade de políticas e instrumentos relacionados à redução do desmatamento, ao fortalecimento da regularização ambiental e à promoção de uma agropecuária sustentável. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), Lei nº 12.187/2009 (BRASIL, 2009) estabeleceu, para a Amazônia, uma meta de redução de 80% da taxa de desmatamento até 2020, relativa à média da taxa de desmatamento no período de 1996 a 2005, e zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030 (conforme a Contribuição Nacional, NDC). As estratégias envolvem, entre outros, o fortalecimento do cumprimento do Código Florestal (Lei nº 12.651/ 2012), em âmbito federal, estadual e municipal, através de ações de recuperação e restauração da vegetação nativa, assim como vegetação, associados ao PRA. Linhas de crédito vinculadas ao Plano ABC promovem investimentos na implantação de sistemas de produção sustentável, como a recuperação de áreas e de pastagens degradadas, a recuperação de áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal (Plano Agrícola e Pecuário 2018/2019). O MAPA destaca a produção sustentável e a governança fundiária como prioridades estratégicas e anunciou em março a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, CDSA (Portaria Nº 34, de 14 de março de 2019) (BRASIL, 2019).

Os potenciais consistem nos pré-requisitos de fomento legal, técnico e de pessoal pelo governo brasileiro e do MAPA. O fundamento legal para a regularização ambiental é o Código Florestal na sua versão de 2012 que fornece junto com o Sistema do Cadastro Ambiental Rural (SICAR) a base conceitual para o desenvolvimento desse projeto e para a promoção de cadeias produtivas sustentáveis. A integração do SFB no MAPA possibilita uma integração de bases de dados relacionados ao transporte dos produtos intermediários (gado, grãos de soja). Além disso, o exemplo da Moratória da Soja, adotada em 2006, demonstrou que um crescimento da produção pode ocorrer em paralelo com a redução do desmatamento. A área plantada com soja cresceu quase quatro vezes na Amazônia sem abrir novas áreas, devido à expansão sobre pastagens (GIBBS, 2015).

Outro sistema importante a ser integrado é do Plano ABC, que registra os imóveis que aderiram ao Plano de Agricultura de Baixo Carbono, plano esse que objetiva mitigar a emissão de carbono no meio rural brasileiro por meio de recuperação de pastagens e áreas de agricultura degradadas. A inserção destas áreas possibilitará o cruzamento com o Cadastro Ambiental Rural onde haverá a oportunidade de verificação das iniciativas voltadas à agricultura sustentável, indo de encontro ao objetivo deste projeto que é a sustentabilidade das cadeias produtivas da carne, da soja e da madeira.

2. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO IICA E ENQUADRAMENTO NO PLANO DE MÉDIO PRAZO

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), organismo do sistema interamericano, foi fundado em 1942 e tem sua sede central em San José, Costa Rica. Constitui uma rede de alcance hemisférico, com representações em 34 países das Américas, além de escritório na Europa, localizado em Madrid.

O IICA é uma rede com infraestrutura, recursos qualificados e valiosas plataformas, programas e projetos em nível hemisférico, regional e nacional. Possui redes de inovação que permitem intercambiar metodologias, experiências, boas práticas, tecnologias e conhecimentos, articulando programas e centros nacionais e internacionais de pesquisa nas diferentes regiões, a destacar o Procinorte, Promocafé, Procicaribe, Procicentral, Procitropicos, Procianidinas e Procisur. Na esfera regional, merece mencionar as redes de políticas do IICA, como o Conselho Agropecuário do Sul, Centroamericano e Comunidade do Caribe.

Na sua estrutura hemisférica de cooperação técnica, o Instituto disponibiliza plataformas de intercâmbio de políticas em desenvolvimento sustentável, a exemplo do Foro Internacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, o Programa Iberoamericano de Cooperación en Gestión Territorial (Proterritorios) e a Estrategia Centroamericana de Desarrollo Rural Territorial (ECADERT).

O IICA coopera no fortalecimento institucional para dotar os países de instituições capacitadas a superar seus desafios e alcançar objetivos e metas de desenvolvimento sustentável. Por ser considerado um organismo de cooperação técnica comprometido com o desenvolvimento sustentável das Américas, promove um esforço permanente de reposicionamento institucional, a fim de acompanhar as mudanças no contexto internacional e nacional e enfrentar os novos desafios para atender a demanda dos países-membros.

Em sua missão de promover a cooperação técnica internacional, fomenta o desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento institucional, formula e executa projetos, estimula e facilita o intercâmbio de conhecimentos e experiências, além de apoiar a proposição e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Com a preocupação de promover a sustentabilidade inclusiva, o IICA focaliza em seu Plano de Médio Prazo (PMP 2018-2022), sua atuação nos programas de i) Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo, ii) Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar, iii) Comércio Internacional e Integração Regional, iv) Mudança Climática, Recursos Naturais e Gestão de Riscos Produtivos, e v) Sanidade Agropecuária, Inocuidade e Qualidade dos Alimentos, além dos temas transversais Gênero e Juventude, e Inovação e Tecnologia. Conta com uma vasta experiência em temas como tecnologia e inovação para a agricultura, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, agronegócios, comércio agropecuário, desenvolvimento rural, gestão dos recursos naturais e capacitação. O PMP, dentre outros, destaca a relevância do fortalecimento e modernização institucional do setor público para enfrentar os desafios impostos pelo entorno internacional e nacional, de forma a melhorar sua eficiência e eficácia, para contribuir com a governabilidade e governança das Instituições, além de desenvolver capacidades apropriadas para a implementação eficaz de políticas públicas e projetos de investimento. No mesmo Plano, o IICA destaca a necessidade de preparar as instituições e desenvolver as capacidades institucionais para um entorno econômico e tecnológico mais complexo, onde as dimensões políticas e institucionais são elementos substanciais de transição, que requer uma base diferenciada de conhecimento de forma a influenciar políticas e regulamentações que ajudem a gerar novos processos e a administrar os custos de transição envolvidos. Nesta mesma linha, o PMP focaliza no aumento da disponibilidade de capacidades institucionais e de recursos humanos, que permitam produzir, ter acesso, compartilhar e processar a informação e análises multidimensionais e multisetoriais requeridos para traduzi-los em recomendações de política e ações concretas.

Nas suas declarações estratégicas 2018-2022, o IICA destaca os princípios de interdisciplinaridade e focalização, e evoluir para uma plataforma integrada de gestão de conhecimento especializada para os países, por meio da utilização das tecnologias de informação e comunicação, o fortalecimento de capacidades, a difusão de boas práticas e de lições aprendidas, a comunicação para o desenvolvimento, a promoção de redes e a cooperação horizontal. Também reconhece que o aquecimento global e seus efeitos no clima tornaram-se um grande desafio para a humanidade. Nesse sentido, destaca algumas observações importantes: um conjunto de trabalhos recentes sugere que o nível de emissões é fortemente determinado pelas características dos ecossistemas e tecnologias utilizadas na produção. A segunda observação é que, pelo contrário, o desmatamento e a queima das florestas, que ainda são realizados em alguns países das Américas, são a principal fonte de emissões de GEE de origem agrícola. Por esse motivo, a produção agrícola é chamada a fazer ajustes em seus sistemas de produção, eliminando o desmatamento e as queimadas, a fim de contribuir para uma menor emissão de GEE. Da mesma forma, as práticas agrícolas devem se adaptar às novas condições de

temperatura e regime de chuvas. A terceira observação está relacionada à ocorrência, frequência e distribuição de pragas e doenças que afetam culturas e animais na produção; e por último, refere-se aos possíveis impactos das mudanças climáticas no solo e na água.

O Instrumento PMP 2018-2022 orienta a cooperação técnica do IICA como um 'Roteiro' articulado em cinco programas hemisféricos, através dos quais a visão do IICA focaliza a ação programática institucional. Nesse sentido, serão viabilizadas ações de cooperação por meio da elaboração e implementação de projetos, além de consultoria e apoio técnico a governos e outros atores sociais e econômicos da agricultura e da vida rural nas Américas.

Para a implementação do PMP 2018-2022, hoje mais do que nunca, é necessário o acompanhamento ativo do Ministério da Agricultura e da Agricultura e do Ministério das Relações Exteriores dos países, a fim de conjuntamente promover a nova liderança institucional sob os princípios básicos da cooperação e co-responsabilidade hemisférica.

A missão do IICA, determinada por seu mandato institucional, está definida no artigo 3 de sua carta fundadora, como segue: "estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e bem-estar rural", ao qual o Instituto acrescenta "através de uma cooperação técnica internacional de excelência".

Nesse sentido, o referido Projeto de cooperação técnica, está totalmente alinhado e contribui para a estratégia desenhada no PMP IICA 2018-2022 para o escopo, principalmente, do programa: 4. Mudanças climáticas, recursos naturais e gestão produtiva de riscos.

Dentre as atividades distintivas mediante as quais o IICA cumpre seu mandato nos países estão: a) o fortalecimento institucional; b) o desenvolvimento de capacidades e formação de talento humano; c) o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas; d) gestão e uso de conhecimento; e) gestão de projetos; f) a concertação e articulação de atores; g) a cooperação horizontal e; h) a gestão corporativa.

No Brasil, o IICA está presente desde 1964, participando a partir de então, proativamente na criação e estruturação de importantes instituições fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural brasileiro. O Instituto apoiou tecnicamente a criação do Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a criação da empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), instituição de deu origem ao atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A contribuição específica do IICA em temas de fortalecimento institucional se dá em diversas cooperações técnicas com diferentes Ministérios, como por exemplo, em 2006 celebrou com o MAPA e a ABC, um PCT intitulado "Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa", que teve como objetivo implantar a gestão estratégica, melhorar a gestão operacional, estabelecer a política de educação corporativa e estruturar o sistema de gestão do conhecimento, comunicação e informação. Na mesma linha, em 2016 até a atualidade, está executando o PCT de Modernização da gestão estratégica do MAPA para aperfeiçoar as políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e competitividade do agronegócio, que visa contribuir para a atuação estratégica do MAPA, por meio de uma gestão orientada para resultados, permitindo formular e implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Destaca-se também o projeto de Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária, mediante o aperfeiçoamento das ações públicas e privadas que visam assegurar a oferta de alimentos seguros, a sanidade dos animais e vegetais, e a idoneidade dos insumos usados nas atividades agropecuárias, salvaguardando o abastecimento interno e a saúde pública, além de promover a competitividade das exportações de produtos agropecuários, que traz fortemente componentes de gestão integrada de informações e sistemas nacionais de defesa agropecuária, como por

exemplo, a Plataforma de Gestão Agropecuária. Ainda na temática de políticas públicas, destaca-se a Consolidação da Estratégia de Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais, para consolidar uma nova geração de políticas públicas. Com o eis Ministério de Desenvolvimento Agrário, atual MAPA, está o PCT para fortalecer os instrumentos de governança fundiária voltados à redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável.

No contexto do INTERÁGUAS, destaca-se o PCT para o Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento do Setor Água na Esfera do Ministério da Integração Nacional: Infraestrutura Hídrica (Água), Irrigação e Defesa Civil, objetivando o desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais, de planejamento e gestão dos órgãos e entidades responsáveis pelo desenvolvimento do Setor Água.

Adicionalmente, em 2019 o IICA participou de processo seletivo do KfW com outras Instituições para executar o atual projeto. Dentre os finalistas, após missões técnicas e de auditoria do KfW, o IICA foi selecionado como vencedor deste longo processo.

O presente projeto configura-se como um instrumento eficaz de cooperação técnica e coincide com as diretrizes da ABC/MRE. Segundo esta Agência de Cooperação, para que a cooperação técnica contribua efetivamente para os objetivos a que se propõe, é necessário que o planejamento de ações a serem implementadas seja consistente, no sentido de buscar com que o trabalho desenvolvido realmente apresente os impactos positivos almejados. E complementa que, um dos instrumentos mais importantes de esclarecimento do escopo do trabalho, por meio do qual se solicita a cooperação técnica, é o documento de projeto. É por meio dele que são transmitidas informações básicas sobre os objetivos a serem atingidos, os meios necessários e os prazos de execução previstos, entre outros dados.

3. CENÁRIO FINAL ESPERADO

Ao final do projeto espera-se a ampliação da sustentabilidade e inovação das cadeias produtivas da agropecuária para promover a conservação florestal na Amazônia Legal, por meio de: i) desenvolvimento de ferramentas de classificação e acompanhamento da situação socioambiental dos imóveis rurais e dos produtos das cadeias produtivas (da carne bovina, da soja, da madeira); ii) ampliação de iniciativas inovadoras de valorização de produtos de cadeias livres de desmatamento ilegal; iii) melhoria da situação socioambiental dos imóveis contemplados nas áreas prioritárias de atuação do projeto; iv) aperfeiçoamento da gestão, monitoramento e avaliação das iniciativas em curso.

Impactos e resultados desejados (sustentabilidade econômica, ecológica e social):

Fortalecimento institucional

- A criação de sistemas interoperáveis para diferenciar a situação socioambiental do imóvel rural ou do grupo de imóveis rurais envolvidos nas cadeias produtivas selecionadas servirá como ferramenta de gestão pública para o norteamento de diretrizes e metas, tanto para o governo federal quanto para os governos estaduais envolvidos. Uma vez mais consolidado (em termos de dados), os sistemas podem servir para estimular o comportamento do mercado para favorecer e valorizar produtos com um melhor o “índice socioambiental”.

- Fortalecimento das capacidades institucionais existentes para promover o cumprimento das leis e normas (ambientais, fundiários, indigenistas, entre outros), servindo, portanto, como uma ferramenta de monitoramento quanto ao atendimento das leis nº 12.651/2012, 11.952/2009, 13.465/2017, além de políticas trabalhistas e indigenistas. Leis, políticas e acordos ambientais, uma vez cumpridos, fortalecem o agronegócio, colaboram para a redução do desmatamento, a conservação do bioma e para o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.
- Consolidação e harmonização de base de dados, aprimorando a eficácia e a eficiência das atividades/ rotinas técnicas dos gestores públicos.

Desenvolvimento rural

- Aumento do engajamento do setor produtivo para fortalecer as cadeias de produtos sustentáveis, reduzindo a informalidade/ irregularidade e as ações e atividades que promovam o desmatamento ou a degradação de florestas nativas.
- Aumento de iniciativas inovadoras relacionadas à promoção de cadeias produtivas sustentáveis da carne bovina, soja e madeira e valorização dos produtos, contribuindo assim para a conservação do bioma, além de fornecer informações sobre os produtos aos consumidores e setor privado.
- O Projeto enfrenta um dos desafios apontados pelo relatório WRI (2018): a falta de financiamento e apoio técnico para produtores. Poucas empresas da cadeia de carne proporcionam assistência técnica aos produtores rurais no setor da carne bovina. Na ausência de suporte público ou privado, os agricultores são pouco incentivados a mudarem suas práticas. Para garantir apoio técnico e financeiro aos pequenos e médios produtores, os mesmos devem ser organizados e treinados. Entretanto, a maioria dos produtores não está organizada e não pertence a associações (WRI, 2018). Tal organização possibilitará o aumento da transferência de tecnologia nos imóveis rurais visando o aumento de práticas sustentáveis no campo.

Efeitos econômicos

- Uma vez criado um índice socioambiental de produtos provindos da Amazônia, estes podem facilitar o acesso a mercados consumidores e reduzir a vulnerabilidade da carne brasileira a barreiras não tarifárias, no comércio internacional;
- Melhor acesso ou garantia de acesso a linhas de crédito/ financiamento com exigências ambientais;
- Aumento da produtividade e redução de custos através da recuperação de pastagens em áreas degradadas e aplicação de boas práticas;
- Iniciativas de inovações agropecuárias podem ganhar escala e atingir produtores rurais em áreas mais remotas que se ligam com frigoríficos de atuação mais regional.

Ecológicos

- Aumento da regularização ambiental dos imóveis rurais que se encontrarem com sua situação inadequada em regiões críticas, resultante do fortalecimento institucional para cumprimento do Código Florestal, com a consequente redução do desmatamento nestas propriedades.
- Melhoria contínua na precisão das ferramentas de rastreabilidade, reduzindo a triangulação e o vazamento de produtos de origem ilegal.
- Identificação de sinergias, fomentar e ampliar estratégias / iniciativas de promoção de cadeias sustentáveis, com a divulgação de boas experiências replicáveis.
- A promoção da conformidade do imóvel rural com o Código Florestal - especificamente a manutenção das áreas de Reserva Legal (RL) e de Áreas de Preservação Permanente (APP), por meio da conservação e recomposição contribui para a manutenção dos fatores climáticos e estoques de carbono.

Socioculturais

- Construção e melhoria das capacidades existentes dos órgãos envolvidos em Assistência Técnica Rural e dos órgãos governamentais.
- Promoção de direitos humanos e da eliminação do trabalho escravo nas propriedades rurais.
- Sensibilização de consumidores, nacionais ou internacionais, que estejam cada vez mais atentos às condições socioambientais envolvidas no processo produtivo. Desta forma, o Brasil já estaria antevendo-se ao movimento do mercado que deverá impor, cada vez mais, restrições ao comércio de produtos (alimentícios, fibras, biocombustíveis) que tenham alto custo ambiental.

4. BENEFICIÁRIOS

Conforme a estratégia do projeto, o grupo alvo do projeto é diferenciado por cada componente:

O Componente 1 direciona-se principalmente a:

- a) Futuros usuários dos sistemas a serem desenvolvidos: Gestores governamentais (MAPA e entidades vinculadas, órgãos estaduais da agropecuária, de meio ambiente e outros).
- b) Fornecedores de dados: Funcionários das instituições governamentais relacionadas (MAPA e entidades vinculadas, MMA, ME, órgãos estaduais da agropecuária, de meio ambiente e outros) - porém com um acesso limitado, conforme perfil.
- c) Futuros beneficiários: Produtores rurais, atores do setor privado e da sociedade civil (fornecedores diretos e indiretos, frigoríficos, varejistas, consumidores) - porém com um acesso limitado.

O Componente 2 direciona-se a órgãos públicos estaduais ou municipais (secretarias de agropecuária ou de meio ambiente, consórcios de municípios), atores da cadeia produtiva (cooperativas, associações de produtores rurais, alianças mercadológicas, fornecedores diretos e indiretos com situações socioambientais adequadas, frigoríficos, varejistas), e órgãos de pesquisa, de extensão rural e da sociedade civil.

O Componente 3 direciona-se a órgãos estaduais ou municipais (secretarias de agropecuária ou de meio ambiente, órgãos de extensão) e entidades que fornecem serviços de assistência técnica rural/ ATER (cooperativas e associações privadas). Beneficiários da medida são produtores e fornecedores (médios e pequenos), que têm em geral menor condição de adequação socioambiental, em regiões priorizadas por meio do índice/ diagnósticos regionais. Serão excluídos do co-financiamento produtores em desacordo da legislação brasileira e os critérios mínimos estabelecidos acima, e que promovam a ilegalidade continuada (como exemplo: desmatamento ilegal, conflitos fundiários/ sobreposições com áreas da união, trabalho análogo ao trabalho escravo).

Destaca-se que o apoio no âmbito do componente 3 é destinado a “pequenos” e “médios” produtores e fornecedores, considerando que esses grupos enfrentam mais dificuldades na regularização dos seus imóveis rurais.

5. OBJETIVOS E RESULTADOS DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA



5.1. OBJETIVO SUPERIOR (DA COOPERAÇÃO ALEMÃ):

Conservação da floresta tropical e a promoção do uso sustentável dos recursos naturais no Brasil [na Amazônia] contribuem para a conservação do clima global e da biodiversidade e estabelecem a base para um desenvolvimento socialmente, ecologicamente e economicamente sustentável no Brasil [Amazônia].

5.2. OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO:

Promover inovação nas cadeias produtivas da agropecuária para a conservação florestal na Amazônia.

5.3. OBJETIVOS IMEDIATOS E RESULTADOS:

Componente 1

Objetivo Imediato 1: Os instrumentos de classificação e monitoramento da situação socioambiental dos imóveis rurais e dos produtos intermediários das cadeias de valor selecionadas (carne bovina, madeira, soja) são utilizados pelas autoridades competentes em nível federal e estadual (plataforma de compliance socioambiental).

Atividades

Subcomponente 1.1 Plataforma de TI para classificação e monitoramento da situação social e ambiental de explorações agrícolas e produtos intermediários (carne bovina, madeira, soja) em relação às normas ambientais e sociais (índice de conformidade socioambiental)

- Desenvolvimento de um modelo para gerar um índice socioambiental para a classificação das propriedades agrícolas.

- Desenvolvimento de um modelo para gerar o índice socioambiental ponderado dos produtos de diferentes fazendas.

- Estabelecimento de uma plataforma de classificação e monitoramento da situação social e ambiental de fazendas e produtos.

Subcomponente 1.2 Desenvolvimento e/ou melhoria das interfaces do sistema.

- Análise dos requisitos de infraestrutura e software para a integração de bancos de dados relevantes de diferentes instituições

- Suporte ao desenvolvimento de TI, aquisição de hardware e software para assegurar interfaces de dados e fornecimento dos dados dos indicadores utilizados no índice por parceiros de cooperação (ex. INCRA, ME, IBAMA)

Subcomponente 1.3 Desenvolvimento e/ou melhoria dos sistemas de rastreabilidade da cadeia de valor.

- Suporte ao desenvolvimento de TI, aquisição de hardware e software para integrar os dados de transporte dos produtos (MAPA/ SDA, bem como autoridades estaduais).

Subcomponente 1.4 Desenvolver e/ou melhorar os sistemas para diferenciar o desmatamento ilegal do legal.

- Apoio ao desenvolvimento de TI, aquisição de hardware e software para diferenciar o desmatamento ilegal do legal.

Subcomponente 1.5 Fortalecimento das autoridades estaduais e locais em áreas prioritárias.

- Desenvolvimento e implementação de inovações técnicas para promover a aceitação e a disposição dos produtores para cooperar.

- Apoio ao desenvolvimento de TI, hardware e software para garantir o fornecimento de dados pelas autoridades federais/locais (com foco na rastreabilidade e diferenciação entre desmatamento ilegal e legal).

Subcomponente 1.6 Capacitação dos usuários da plataforma de TI e institucionalização do conhecimento.

- Apoiar a adaptação de políticas e procedimentos para o uso da plataforma.

- Desenvolvimento e implementação de treinamentos.

Subcomponente 1.7 Apoio às atividades de comunicação.

- Apoio à organização de seminários técnicos, publicações e visitas de estudo para promover o diálogo com grupos relevantes de partes interessadas, em particular o setor privado, instituições de pesquisa e a sociedade civil.

- Suporte ao fornecimento de interfaces ou plataformas de dados para o compartilhamento ou divulgação de dados diferenciados sobre a conformidade das fazendas e/ou produtos com as normas ambientais e sociais.

Indicadores

Indicador de meta do componente 1: Número de autoridades/representações federais / estaduais em pelo menos três (3) estados que usam a plataforma de TI / índice de conformidade socioambiental.

Valor base: 0

Valor alvo: 8

1.1: Número de municípios para os quais são inseridos registros de dados confiáveis na plataforma de TI.

Valor base: 0

Valor pretendido: 320

1.2: Número de imóveis rurais classificados.

Valor base: 0

Valor Alvo: 3800

1.3: Número de usuários capacitados da plataforma de TI (SDI, SFB, órgãos governamentais).

Valor base: 0

Valor pretendido: 40

Componente 2

Objetivo Imediato 2: As iniciativas eficazes para melhorar a rastreabilidade dos produtos produzidos de forma sustentável ao longo das cadeias de valor e sua valorização são ampliadas.

Subcomponente 2.1 Estudos e análises regionais, por exemplo, sobre iniciativas existentes para melhorar a rastreabilidade de produtos nas cadeias de valor selecionadas e melhores práticas para implementação de padrões ambientais e sociais.

Subcomponente 2.2 Co-financiamento de projetos de inovação em estados selecionados com foco na rastreabilidade e na promoção de cadeias de valor sustentáveis (cumprimento de normas ambientais e sociais).

- Chamada para propostas de projetos de demonstração (incluindo marketing e valorização de produtos de cadeias de valor sem desmatamento / agricultura amigável ao clima).

- Seleção de projetos (aceitação, triagem, avaliação).

- Monitoramento do projeto.

- Monitoramento e avaliação dos projetos (premiação das melhores iniciativas).

- Ampliação de projetos de sucesso e transferência para outras regiões.

Subcomponente 2.3 Estratégia de comunicação para projetos de inovação.

- Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação.
- Apoio a publicações e relações públicas.
- Implementação de campanhas de mobilização.

Subcomponente 2.4 Sistematização e disseminação da experiência.

- Apoio a estudos de melhores práticas e troca de experiências entre iniciativas de exemplo nos estados selecionados.

Indicadores

Indicador de meta do componente 2: Aumento do número de imóveis rurais com um índice socioambiental adequado nas áreas prioritárias (atendendo aos requisitos mínimos legais).

Valor base: *

Valor pretendido: *

2.1: Número de iniciativas cobertas por análises regionais que contribuem para melhorar a rastreabilidade dos produtos produzidos de forma sustentável ao longo das cadeias de valor e seu valor agregado.

Valor base: 0

Valor pretendido: 50

2.2: Número de iniciativas apoiadas para melhorar a rastreabilidade dos produtos produzidos de forma sustentável ao longo das cadeias de valor e a sua valorização

Valor base: 0

Valor pretendido: 25

Componente 3

Objetivo Imediato 3: A situação socioambiental (compliance das normas ambientais e sociais) dos imóveis rurais nas áreas prioritárias melhorou.

Subcomponente 3.1 Estudos e análises regionais, por exemplo, para melhorar a situação socioambiental das fazendas em áreas selecionadas, identificar as principais razões para o baixo índice de conformidade e desenvolver estratégias.

Subcomponente 3.2 Co-financiamento de iniciativas para melhorar ou regular a situação socioambiental de fazendas em áreas selecionadas

- Chamada para propostas de projetos de melhoria socioambiental (incluindo assessoria técnica, florestamento e regeneração de terras degradadas, operacionalização de mecanismos de compensação, por exemplo, comércio de contingentes de reservas florestais - CRA, pagamento por serviços ambientais - PSA)

- Seleção de projetos (aceitação, triagem, avaliação).
- Monitoramento do projeto.
- Monitoramento e avaliação dos projetos (premiação das melhores iniciativas).

Subcomponente 3.3 Estratégia de comunicação para iniciativas regulatórias.

- Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação.

- Apoio a publicações e relações públicas.
- Implementação de campanhas de mobilização.

Indicadores

Indicador de meta do componente 3: Aumento do número de produtos de pelo menos uma (1) cadeia de valor com um índice socioambiental adequado nas áreas prioritárias (cumprimento dos requisitos mínimos legais)

Valor base: *

Valor pretendido: *

3.1: Número de municípios examinados por análises regionais.

Valor base: 0

Valor pretendido: 30

3.2: Número de imóveis rurais que recebem apoio para atender aos padrões socioambientais.

Valor base: 0

Valor pretendido: *

Componente 4

Objetivo Imediato 4: Gerenciamento, monitoramento e avaliação de projetos

Subcomponente 4.1: Gerenciamento de projetos.

- Coordenação de projetos pela unidade de gerenciamento de projetos.
- Comissionamento de serviços de consultoria internacional.
- Desenvolvimento do manual de operações e estratégia de comunicação.
- Apoio na preparação, implementação e documentação do planejamento da operação (POA)
- Relatórios.

Subcomponente 4.2: Gestão financeira e compras.

- Envolvimento do agente financeiro.

Subcomponente 4.3: Gestão da informação e do conhecimento.

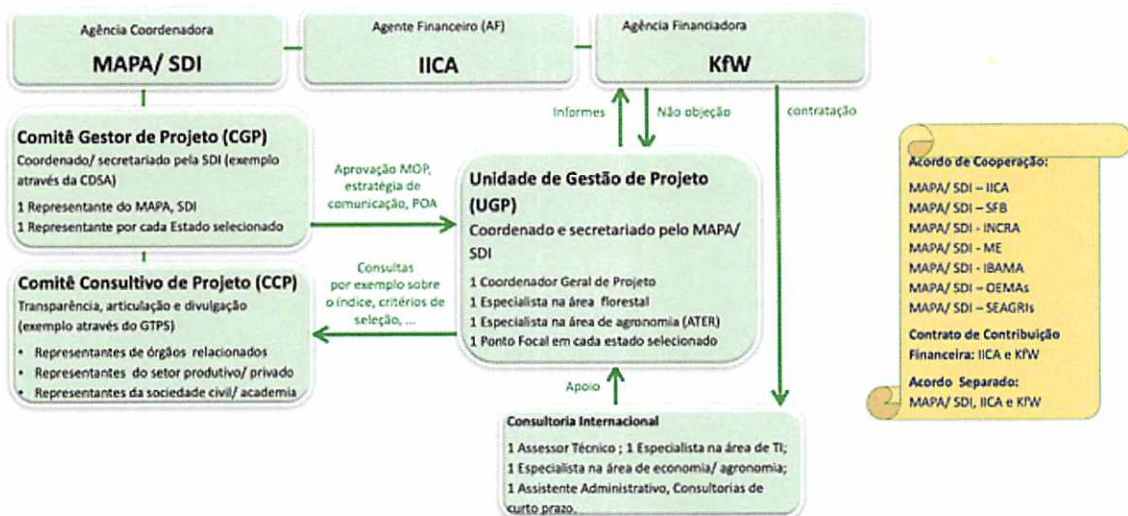
- Seminários, publicações, troca de experiências.

Subcomponente 4.4: Monitoramento e avaliação.

- Elaboração de um estudo de base sobre o valor dos indicadores.
- Desenvolvimento de um sistema de monitoramento.
- Avaliação intermediária e final.

6. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

6.1. Arranjo Institucional



O projeto prevê um agente financeiro (órgão executor, neste caso o IICA) e de uma consultoria internacional para a implementação.

Para execução do projeto é necessária uma dinâmica de atuação em parceria dos agentes executores e os demais atores envolvidos através de procedimentos operacionais padrão (POP). A padronização para as rotinas de acompanhamento (manual para os procedimentos operacionais como o plano operativo anual, a aquisição de bens e serviços, elaboração de relatórios de execução, relatórios financeiros, prestação de contas, e o monitoramento e acompanhamento de indicadores) e a estratégia de comunicação será elaborada na fase inicial do projeto.

Comitê Gestor de Projeto (CGP)

O projeto contará com um **Comitê Gestor de Projeto (CGP)**, a fim de garantir a coordenação e gestão estratégica do Projeto, tendo em vista o alcance de seus resultados e impactos, e ainda o alinhamento com as demais iniciativas. O CGP será coordenado e secretariado pelo MAPA/SDI, e composto por:

- Dois representantes do MAPA/SDI; e
- Um representante de cada Estado participante deste Projeto.

Descrição das responsabilidades e funções do CGP:

- Atuação de nível estratégico e tático do projeto;
- Apoio da definição das estratégias de execução (aprovação de documentos estratégicos do projeto (entre outros o Manual Operacional do Projeto - MOP; o Plano Operativo Anual - POA; a estratégia de comunicação do projeto));
- Apoio na articulação interinstitucional, mediar a relação com atores envolvidos (instituições, empresas, atores e organizações científicas e não governamentais); facilitar a realização de acordos e parcerias com instituições congêneres e afins;
- Acompanhamento do monitoramento dos indicadores do projeto, mantendo informado o Comitê Consultivo do Projeto.

Comitê Consultivo do Projeto (CCP)

Será convocado um Comitê Consultivo de Projeto (CCP) para consulta sobre questões estratégicas importantes com representantes das instituições públicas relevantes (MMA, ME, INCRA), partes interessadas dos produtores agropecuários e do setor privado, instituições de pesquisa e organizações não governamentais.

O CCP se reunirá se necessário e pelo menos a cada seis meses para deliberar e definir o índice socioambiental e para criar transparência divulgando informações entre os grupos-alvo, partes interessadas e na sociedade civil;

Agente Financeiro (AF), IICA

O IICA, deverá ser o responsável pela gestão financeira, abertura e gestão das contas bancárias do projeto, condução dos procedimentos de aquisição e aspectos formais da contratação de bens e serviços conforme suas normas em consonância com as normas da KfW, prestação de contas e gestão do fundo financeiro ou rendimentos do recurso aportado.

Descrição das responsabilidades e funções do AF:

- Responsabilizar-se pela preparação, execução e operação financeira do Projeto;
- Realizar abertura e gestão das contas bancárias do projeto (inclusive contas em euros);
- Realizar aquisições e contratações, pagamentos e prestação de contas;
- Apresentar, as prestações de contas e documentos referentes à implementação do projeto, no que diz respeito à parte financeira dentro dos padrões internacionais;
- Monitorar, supervisionar e fiscalizar todas as etapas da execução financeira;
- Elaborar pesquisas de preços simplificadas;
- Realizar as contratações, em nome da entidade executora, no âmbito do projeto;
- Realizar análise de conformidade dos TdRs e especificações técnica e documentos de licitação, em relação a aspectos administrativos;
- Realizar pagamentos a bens, produtos ou serviços, ou repassar recursos para terceiros no formato de subprojetos / editais;
- Estabelecer um fundo para promover a rastreabilidade das cadeias produtivas (carne, madeira, soja) e a gestão do fluxo financeiro das chamadas.

Unidade de Gestão de Projeto (UGP)

A Unidade de Gestão de Projeto (UGP), deverá assumir a implementação das atividades do projeto, o monitoramento do alcance dos objetivos, do desempenho e dos resultados, bem como a relatoria e articulação com parceiros, o agente financeiro e o KfW, entre outros. A UGP realizará reuniões de gestão e monitoramento bi ou trimestralmente. A UGP será composta por recursos humanos da SDI/MAPA. A UGP deverá ser formada por:

- Um Gerente/ Coordenador Geral de Projeto;
- Um Gerente/ Coordenador Técnico;
- Um Gerente/ Coordenador Administrativo;

- Especialistas a serem designados pela Coordenação, conforme demandas, para implementação do Projeto;
- Um Ponto Focal em cada estado;

Descrição das responsabilidades e funções da UGP:

- Gerenciar o Projeto de acordo com as diretrizes estabelecidas no Acordo em Separado e participar da gestão diária do projeto;
- Manter a visão estratégica em nível nacional e coordenando ações regionais;
- Supervisionar a elaboração do Plano Operativo Anual (POA), do Manual Operacional do Projeto (MOP), e da estratégia de comunicação e apresentá-los ao CGP;
- Supervisionar a implementação do POA do Projeto, garantindo sua conformidade, tanto física quanto financeira;
- Supervisionar a elaboração de documentos técnicos pertinentes, necessários para realizar a aquisição e contratação de bens e serviços (especificações);
- Criar condições para garantir o fluxo de recursos necessários para a execução das atividades do projeto (análise e aprovação de termos de referência para aquisições, assinatura de contratos, aprovação de produtos);
- Acompanhar todos os contratos e acordos garantindo a qualidade dos produtos e o uso adequado dos recursos de forma transparente e garantindo que estes estejam em conformidade com os regulamentos, políticas e procedimentos estabelecidos.
- Garantir a qualidade e eficiência na comunicação e articulação, identificar potenciais aliados para construir sinergias e coordenar ações conjuntas;
- Acompanhar o monitoramento do cumprimento dos objetivos e indicadores do projeto;
- Preparar relatórios de progresso trimestrais e anuais;
- Auxiliar na agenda de convocação de reuniões do CGP e do CCP.

Consultoria Internacional (CI)

As funções da **Consultoria Internacional (CI)** de implementação envolvem o apoio ao MAPA/SDI, respectivamente da UGP, na coordenação e execução das medidas do projeto, como por exemplo, apoio na realização e acompanhamento do planejamento operacional anual, relatoria, monitoramento da implementação e dos impactos, apoio com a preparação de termos de referência e aquisição de bens e serviços, apoio na organização de oficinas, eventos e intercâmbios.

Descrição das responsabilidades e funções

- Apoio à UGP na coordenação, execução e monitoramento do projeto;
- Apoio no planejamento operacional, entre outros: elaboração do Plano Operativo Anual (POA), do Manual Operacional do Projeto (MOP), e da estratégia de comunicação;

- Apoio à UGP na contratação de aquisições de equipamentos, de consultorias e serviços, incluindo detalhamento de termos de referência, ordem de serviços, especificações técnicas e minutas dos contratos, acompanhamento dos contratos, supervisão da execução e monitoramento;
- Apoio na confecção de termos de referência para a elaboração de estudos setoriais e de estudos preparatórios, considerando soluções apropriadas em termos técnicos, econômicos, institucionais, socioeconômicos, socioculturais e ecológicos;
- Apoio a UGP na gestão financeira, na inspeção e aprovação de faturas, bem como na gestão dos custos e do financiamento do projeto;
- Dar suporte técnico com subsídios para tomada de decisão das entidades executoras junto ao doador do recurso;
- Apoio na preparação de relatórios sobre o desenvolvimento do projeto;
- Monitoramento da implementação e dos impactos do projeto.

6.2. ARRANJOS INSTITUCIONAIS COM OUTROS ATORES

A cooperação será formalizada à base dos seguintes acordos:

Para a realização do projeto serão estabelecidos acordos a fim de promover a integração e interoperabilidade dos sistemas a serem desenvolvidos no âmbito do componente 1. As parcerias envolvem minimamente:

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia vinculada ao MAPA (responsável pelo Sistema de Gestão Fundiária, SIGEF) e SFB (SICAR);
- Ministério da Economia, Secretaria de Inspeção do Trabalho (responsável pelo Radar da Inspeção do Trabalho);
- Ministério do Meio Ambiente, IBAMA (responsável pela lista de áreas embargadas e autuações ambientais);
- Governos Estaduais (para formalizar a cooperação com os órgãos estaduais de agricultura e do meio ambiente nos estados selecionados).

O **Contrato de Contribuição Financeira** é a peça jurídica que orienta as partes quanto ao projeto. O mesmo baseia-se nos resultados das negociações/ consultas intergovernamentais entre o governo brasileiro e o governo alemão (para este projeto, referente ao ano 2019). O IICA assinou o Contrato de Contribuição Financeira conjuntamente com o KfW em dezembro de 2019.

O **Acordo em Separado** é o documento que trata os pormenores do projeto acordados no contrato de contribuição financeira. No Acordo em Separado, o projeto é descrito como um todo, com suas regras e condições gerais. O Acordo em Separado é uma comunicação oficial do KfW para o beneficiário (IICA). No caso do projeto em questão, o Acordo em Separado será encaminhado pelo KfW ao IICA e ao MAPA para a sua ciência e acordo através das suas respectivas assinaturas.

6.3. INSTITUIÇÕES SUB-EXECUTORAS PREVISTAS

Cabe destacar que, complementarmente, na execução do PCT, poderá haver o estabelecimento de parcerias para a execução de determinadas ações do Projeto, envolvendo a

participação de Instituições Sub-Executoras, observados os Termos de Referência elaborados pela respectiva Entidade Executora principal. A identificação dessas Agências será realizada pela instituição responsável pelo Projeto, por meio de consulta ou processo seletivo aberto e público, salvo para órgãos da Administração Pública e/ou outras instituições internacionais com notória especialização, autonomamente ou em articulação com o organismo internacional cooperante, e será informada na relação tripartite (MAPA)/ABC-MRE/IICA e Instituição Doadora, e nos relatórios de progresso. O repasse de recursos do Projeto para as Agências Implementadoras para custear as atividades desenvolvidas sob sua responsabilidade será formalizado por documento específico (Carta Compromisso para Agência Implementadora).

De acordo com o estabelecido no documento: DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL MULTILATERAL E BILATERAL 5ª Edição Julho de 2020, emitido pela Agência Brasileira de Cooperação ABC/MRE, no item 5.5:

"Uma Instituição Sub-Executora não se confunde com uma empresa ou entidade contratada para prestar serviços. Um órgão ou organismo internacional (que não o parceiro cooperante principal) somente pode ser atuar como Instituição Sub-Executora se assumir a responsabilidade pelo alcance do(s) resultado(s) previstos para uma atividade ou componente de um projeto, ao contrário dos contratos de consultoria, nos quais o contratado é responsável exclusivamente pela entrega de um produto ou prestação de um serviço".

Nesse sentido, as Instituições Sub Executoras, por definição, não têm fins lucrativos e essa condição está expressa em sua forma e constituição legal. Sua atuação no âmbito de um Projeto de Cooperação Técnica-PCT corresponde a uma categoria diferenciada, análoga a parceria Institucional onde, como contrapartida aos recursos que irá operacionalizar para implementação dos componentes/resultados que lhe forem atribuídos, a Instituição disponibilizará ao PCT ativos relevantes e não disponíveis no 'mercado' de consultorias.

6.3.1. UFLA/FUNDECC

Universidade federal de Lavras - UFLA

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) é uma instituição de ensino superior pública federal brasileira, sediada na cidade de Lavras, no sul do estado de Minas Gerais. É uma autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, órgão responsável por sua manutenção. Possui cursos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, além de ampla atuação em extensão universitária e pesquisa científica com destaque para as ciências rurais. A UFLA no campus sede de 6.000.000 m² possui mais de Área construída: 250.000 m², com 26 anfiteatros, 168 Laboratórios de pesquisa, 165 laboratórios temáticos, além de museus, coleções, hospital veterinário, bibliotecas e um centro tecnológico a ser inaugurado em 2020.

Atualmente a UFLA conta com corpo discente de 12.850 estudantes e 766 docentes e cientistas em 34 cursos de graduação 43 cursos de pós-graduação, 150 grupos de pesquisa e 631 linhas de pesquisa que produzem mais de 2.500 publicações científicas por ano. A Diretoria de Ensino a distância, além de diversos cursos de extensão e treinamento especializados da Universidade ou com instituições parceiras por execução descentralizada, atualmente dispõe de 3 cursos de Graduação e 4 pós-graduações em sua plataforma de Educação à Distância.

Fundada em 1908 como Escola Superior Agrícola de Lavras (ESAL), em 1994, pela Lei 8956, foi elevada a ESAL à condição de Universidade Federal de Lavras (UFLA), a UFLA cresceu e se modernizou ao longo dos últimos anos, mas mantém a tradição e foco da Universidade na promoção de ciência, desenvolvimento e modernização tecnológica para a produção rural. No ano de 2006 a UFLA foi eleita pelo Guia do Estudante como a terceira melhor universidade do país. Sendo a melhor do estado de Minas Gerais. De acordo com o Índices Gerais de Cursos das Instituições (IGC) divulgado pelo MEC, a UFLA possui um dos melhores índices de qualidade do

Brasil entre as universidades públicas e privadas pesquisadas. A universidade já havia se destacado em 2008 e 2009 como a 4ª do Brasil e 2ª de Minas.

Conforme índice divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP), do Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal de Lavras (UFLA) foi considerada a terceira melhor universidade do País pelo Índice Geral de Cursos (IGC) e a melhor universidade do Estado de Minas Gerais por três anos consecutivos. Localizada no sul do estado de Minas Gerais, a UFLA não somente foi capaz de fazer história ao longo do tempo na região, no Estado e no Brasil reconhecidamente, mas, sobretudo, preparar-se para, neste milênio, exercer com eficiência, seu papel social no ensino, pesquisa, extensão e na prestação de serviços nas áreas estratégicas de sua atuação. Lida dentre outros importantes aspectos com a produção de alimentos, madeira, fibras, medicamentos, conservação e restauração de recursos e ecossistemas naturais, energia renovável e mais recente tornou-se destaque no desenvolvimento de Sistemas de Informações e geotecnologias, inovação para entidades públicas e privadas, visando modernização do agro e desenvolvimento sustentável com base em economia de baixo carbono e florestas/biodiversidade. A UFLA possui hoje sólida base de conhecimento estruturada e voltada para o desenvolvimento rural econômico, tecnológico, social e ambiental, adquirindo renome nacional e internacional, acumulando, desde sua fundação, larga experiência a tradição em ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços em diversas áreas de atuação, que formam a base de sua filosofia de trabalho.

Além disso, a Universidade prestou, nos últimos 20 anos, assistência às esferas de governos nos âmbitos municipal, estadual e federal na consecução de ações e atividades em programas voltados ao desenvolvimento de políticas públicas, com destaque para as iniciativas no âmbito do desenvolvimento de ferramentas tecnológicas com o objetivo de modernizar e incrementar a escala de planejamento, otimizando processos a partir de instrumentos de inovação na coleta e na sistematização de dados, aplicação ferramentas de análise, validação e publicação de informações para a tomada de decisão em especial para às atividades agropecuárias, de gestão territorial e ambiental, recursos hídricos, licenciamento e monitoramento de atividades produtivas.

A UFLA conta em sua estrutura também, com a Agência UFLA de Inovação, Geotecnologia e Sistemas Inteligentes - denominada Zetta tem como seus pilares principais: Criatividade, Inovação, Tecnologia e Sociedade. Inserida no contexto de atuação acadêmica e profissionalizante da UFLA, como um polo sinérgico na construção de tecnologias inovadoras.

A Agência Zetta possui como principal objetivo potencializar o conhecimento gerado pelos pesquisadores da UFLA, transformando-os em produtos inovadores para a sociedade, gerando assim, frutos que ultrapassam os limites da pesquisa e alcançam a iniciativa privada e o mercado da indústria nacional. Adicionalmente, a Zetta atuará a partir de 2020 no polo tecnológico da UFLA, como incubadora e aceleradora de negócios inovadores criados na Universidade ou em instituições parceiras, criando dentro da UFLA um ecossistema de startups, venture builders e negócios modernos, ágeis e que gere oportunidades para formação de profissionais conectados com o novo momento. Há mais de 15 anos sediada no campus da UFLA, a Zetta possui estrutura e equipe permanente para manutenção dos projetos atuais e com capacidade de ampliação para projetos futuros. Ao longo do tempo, a Agência Zetta integrou novos pesquisadores e técnicos na área de Tecnologia de Informação, Ciência de Dados e Gestão às áreas de ciências da terra e saúde, e conforme sua expertise, desenvolveram soluções integrais para desafios históricos com aplicação de geotecnologias e sistemas inteligentes se ampliaram.

Conhecida por sua expertise em sistemas inteligentes e inovação tecnológica, a Zetta está estruturando com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA um acordo para sediar um dos polos de inovação da Agricultura brasileira na perspectiva de desenvolver um polo de Agricultura 4.0, explorando todo o know how da universidade em ciências agrárias aliada a expertise da Agência Zetta em inovação.

Também nesta perspectiva, A Zetta está indicada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig como uma das Agências de Inovação do Estado a concorrer ao edital de Laboratório de Inteligência Artificial para Agricultura 4.0 que será realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

Além dos marcos citados acima, a UFLA cooperou para a criação, desenvolveu, e apoiou a evolução e manutenção de diversos sistemas em operação atualmente, sendo eles: Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado do Espírito Santo; Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais; Sistema de Gestão do Meio Ambiente de Minas Gerais - GEOSIAM; Inventário Florestal de Minas Gerais; Geotecnologia como ferramenta na estratificação da fitofisionomia Cerrado para Inventários Florestais; e desenvolvimento e pesquisas técnicas de sensoriamento remoto de informações geográficas e georreferenciadas, como instrumento de política, planejamento e gestão - SIG Inventário.

Atualmente, a UFLA executa projetos de inovação, modernização, transparência e fortalecimento da gestão ambiental e florestal por meio de ferramentas de tecnologia da informação bastante relevantes à sociedade Brasileiro, sendo eles: a plataforma SICAR Federal, junto ao Serviço Florestal Brasileiro/MAPA, relevante destacar que a UFLA até o momento foi exclusiva desenvolvedora e mantenedora tecnológica do SICAR, todas as aplicações, insumos e estruturação do banco de dados foi realizada pela Universidade, em parceria com o SFB por meio de execução descentralizada), e ainda procedeu ao desenvolvimento e manutenção evolutiva para customização do SICAR no Amazonas, Amapá, Rondônia, Pará, Acre, Tocantins, na região amazônica, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Adicionalmente, a UFLA nos últimos anos estuda e colaborar tecnicamente para desenvolvimento de sistemas munidos de geotecnologias e ferramentas de inteligência artificial, bem como para integração de bases de dados, a partir das regras do licenciamento ambiental, fiscalização, gestão territorial para regularização fundiária e gerenciamento de recursos hídricos, com diversos estados brasileiros tais como Amazonas, Amapá, Pará, Tocantins, Minas Gerais e Santa Catarina. Atualmente um dos projetos de maior relevância no portfólio da UFLA, também em execução, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) está o projeto do Observatório da Agropecuária Brasileira que disponibiliza em painéis temáticos e em uma plataforma geoespacial, os dados pertinentes a produção rural brasileira, em diversas escalas, para distintas finalidades ao público interno do MAPA e Governos, bem como provê transparência e controle social com a sustentação tecnológica de um ambiente público e acessível e à toda sociedade brasileira, aplicando técnicas inovadoras de ciências de dados e ciência cognitiva, bigdata, blockchain, aplicações descentralizadas, redes neurais, etnografia, usabilidade e experiência de usuários.

A partir do primeiro trimestre de 2020, a UFLA instalou com a Agência Nacional de Águas (ANA) o projeto da nova Plataforma do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH na qual a UFLA compõe, como braço tecnológico, o programa de inovação institucional da Agência, “ANA para o século 21”. No segundo semestre de 2020 foi iniciada formalmente a cooperação da UFLA com o Ministério Público Federal para desenvolvimento de ambiente tecnológico para aplicação de ferramentas de inteligência territorial, ciência de dados, machine learning e inteligência artificial aos processos de investigação do MPF. Em cooperações anteriores com o MPF a UFLA desenvolveu a plataforma nacional de mapeamento de territórios de povos e comunidades tradicionais no Brasil e a iniciativa do MPF intitulada Amazônia Protege. No último trimestre de 2020 a UFLA apoiou o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA com as equipes da EMBRAPA, IBGE e CPRM na ideação da plataforma de dados do Programa Nacional de Informações sobre Solos no Brasil – PronaSolos por meio da estruturação dos dados e desenvolvimento de um portal de acesso público às informações consolidadas sobre os solos brasileiros.

Para administração das parcerias e aporte de expertise em gestão de projetos de pesquisa e desenvolvimento na Universidade Federal de Lavras, conta com a sua Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural – FUNDECC. A FUNDECC é uma fundação sem fins

lucrativos, que possui credenciamento no Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de acordo com a Lei nº 8.958/94, Dec. nº 7.423/10 e Portaria Interministerial nº 191/12 MEC/MCTI, e no seu objetivo central está destinada a apoiar a UFLA, sendo regida por seus estatutos e pela legislação aplicável. A FUNDECC é gerida por uma Diretoria Executiva e acompanhada e fiscalizada por seus Conselhos Deliberativo e Fiscal, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas e possui autonomia financeira, administrativa e patrimonial, com atividades em todo o país.

A Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural da Universidade Federal de Lavras - FUNDECC tem por finalidade apoiar o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão bem como os desenvolvimentos institucionais, científicos e tecnológicos da Universidade Federal de Lavras, mediante assessoramento à elaboração de projetos e administração dos recursos financeiros auferidos.

A FUNDECC está estruturada, para o cumprimento de suas atribuições, em Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Vice Diretoria Executiva.

- Conselho Deliberativo: exerce a fiscalização superior do patrimônio e dos recursos da FUNDECC, também aprova orçamentos, contas, balanço, relatório anual, delibera sobre bens, aprova a celebração de convênio, acordos e outros.
- Conselho Fiscal: compete ao Conselho Fiscal, fiscalizar a gestão econômico-financeira da FUNDECC, examinar contas, balanços, documentos, emitir parecer, dentre outros.
- Diretoria Executiva: tem por finalidade elaborar plano anual de ação, executar plano privado, realizar convênios, acordos, ajustes e contratos com pessoas físicas e jurídicas, preparar balancetes e prestação anual de contas e outros.
- Vice Diretoria Executiva: compete a este representar a Diretoria Executiva junto ao Conselho Deliberativo, admitir, promover, transferir e dispensar empregados, assinar convênios, consórcios, contratos e outros.

Diante do exposto, a FUNDECC é uma entidade cuja atuação catalisa para ações e projetos as ideias desenvolvidas na Universidade Federal de Lavras, para que estes possam transformar a realidade da sociedade brasileira com resultados imediatos, produtivos, incrementais e éticos levando a Universidade além da sua função primordial de ensino, pesquisa e extensão, à produção de conhecimento e inteligência.

Em atenção aos aspectos institucionais de controle de execução dos recursos na Universidade Federal de Lavras – indicada pelo TCU como o órgão federal em Minas Gerais com menor vulnerabilidade à fraude e corrupção, estando entre as instituições de destaque quanto à governança e gestão pública tanto nos indicadores do TCU quanto do MEC no que diz respeito à produtividade. Para alcance destes resultados, a UFLA conta com uma Fundação sem fins lucrativos que administra e apoia tecnicamente o desenvolvimento de projetos na Universidade, a FUNDECC - Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural. Trata-se de uma fundação com credenciamento no Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de acordo com a Lei nº 8.958/94, Dec. nº 7.423/10 e Portaria Interministerial nº 191/12 MEC/MCTI, destinada a apoiar a UFLA, sendo regida por seus estatutos e pela legislação aplicável e possui autonomia financeira, administrativa e patrimonial, com atividades em todo o país. É gerida por uma Diretoria Executiva e acompanhada e fiscalizada por seus Conselhos Deliberativo e Fiscal, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas. Diante do exposto, a FUNDECC é reconhecida como entidade cuja atuação serve de base para que as ideias desenvolvidas na Universidade Federal de Lavras possam se transformar em projetos inovadores com resultados imediatos, produtivos, levando a Universidade além da sua função primordial, a produção de conhecimento e inteligência.

Além disso, a Universidade, por ter como um dos pilares ensino e a extensão do conhecimento, prima, para muito além da pontual prestação de serviços, promove junto às instituições parceiras, um ambiente que promova constantemente a troca e compartilhamento de conhecimento e promova a Transferência de Tecnologia criada e aplicada na inovação e evolução dos sistemas que trabalham, garantindo, em longo prazo, a independência e autonomia para continuidade da evolução e manutenção do sistema com corpo técnico próprio. O desenvolvimento das capacidades institucionais que a UFLA constrói junto às instituições parceiras, vai além da entrega de relatórios ou produtos, engloba a melhoria de processos e procedimentos, aplicação de métodos ágeis, desenvolvimento de sistemas e geotecnologias inteligentes, transferência de tecnologia, suporte técnico-científico e a capacitação de recursos humanos com o objetivo de desenvolver as competências institucionais necessárias para a inovação e gestão dos sistemas.

Tendo em vista, portanto, a expertise demonstrada e a qualidade dos trabalhos realizados pela Universidade Federal de Lavras, bem como sua vasta experiência especificamente com o desenvolvimento de pesquisas, softwares e aplicativos de tecnologia da informação associados a geoprocessamento e ciência de dados e ainda a característica de inovação em especial para execução de políticas públicas de fomento e planejamento para o desenvolvimento sustentável em longo prazo, a UFLA é a instituição indicada como uma das agências implementadoras previstas do Projeto “Inovação nas cadeias produtivas da agropecuária para conservação florestal na Amazônia”.

Oportunamente, deve ser destacado que a Universidade Federal de Lavras detém credibilidade em nível nacional, bem como grande conhecimento acumulado em relação aos dados e regras de negócios não somente em relação às normas nacionais e acordos internacionais de sustentabilidade cujo Brasil configura como signatário, mas também junto às Unidades da Federação inseridas no bioma Amazônia, o que torna a UFLA detentora de um ativo em notório saber de muito valor para a pauta temática deste projeto. A UFLA atuará previsivelmente no projeto por meio de termos de referência elaborados pela coordenação e executora do projeto e detém, como instituição de pesquisa, desenvolvimento, inovação ensino e extensão universitária o interesse comum em cooperação com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento do Brasil, bem como com os doadores e instituição executora na concepção de modelagens, definição de tecnologias e embarque de ferramentas de automatização e inteligência, baseadas em geotecnologias, ciências de dados e cognitiva, com a devida justificativa detalhada para a contratação direta e Não Objeção do KfW, adicionalmente, o KfW vai receber a oferta técnica e financeira acompanhada de uma avaliação específica para Não Objeção.

Além da credibilidade no meio rural, e o vasto conhecimento dos dados e regras de negócios que compõe as necessidades de elaboração dos sistemas de informação que executarão o monitoramento e classificação dos imóveis, cadeias produtivas e respectivos produtos, a UFLA aportará ao projeto ainda o ativo de colocar a sua fundação, agência de inovação e ecossistema do parque tecnológico à disposição do MAPA e da sociedade para a internalização da aplicabilidade do índice no mercado.

A atuação da UFLA no projeto poderá ser estruturada de maneira integral, potencialmente com pesquisa e desenvolvimento, inovação, ensino e extensão com transferência de tecnologia, em todo o escopo desde os mapeamentos e estruturação de dados e informações, até a programação de soluções tecnológicas e proposição de modelos otimizados às cadeias produtivas de valor associados à inovadoras ferramentas de agregação de valor e prospecção atendimento ao mercado.

6.3.2. SENAR

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR

Criado pela Lei nº 8.315, de 23/12/91, o SENAR é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite. Integrante do chamado Sistema S, tem como função cumprir a missão estabelecida pelo seu Conselho Deliberativo, composto por representantes do governo federal e das classes trabalhadora e patronal rural.

O Senar atende, gratuitamente, milhões de brasileiros do meio rural, todos os anos, contribuindo para sua profissionalização, sua integração na sociedade, melhoria da sua qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania.

O caráter privado, entretanto, não afasta a importância de garantir a transparência das ações desenvolvidas com os recursos recebidos pelo Senar no cumprimento de sua missão finalística. Nesse sentido, o Senar tem estabelecido um modelo de gestão comprometida com a transparência, a legalidade e a responsabilidade social, atenta à importância de levar ao conhecimento da sociedade, de forma clara e exata, suas ações e seus resultados. Com esse propósito, o Portal da Transparência divulga as receitas e despesas realizadas pelo Senar, dados relevantes da sua execução orçamentária, licitações, contratações e gestão de pessoas.

As 27 Administrações Regionais promovem cursos e capacitações para desenvolver competências profissionais e sociais em aproximadamente 300 profissões do meio rural. E a Administração Central do SENAR, em Brasília, também tem um portfólio de programas especiais.

Com a enorme capilaridade que tem e por acreditar que pode contribuir ainda mais com a multiplicação do conhecimento, o SENAR criou a metodologia de Assistência Técnica Gerencial (ATeG) com Meritocracia. A produção assistida da entidade auxilia, principalmente, os produtores rurais das classes C, D e E que não têm acesso à assistência técnica e às novas tecnologias.

A Administração Central assegura suporte administrativo, metodológico e jurídico, além de ser responsável pela interface com os órgãos federais, instituições nacionais e internacionais ligadas à educação e ao trabalho, irradiando experiências exitosas para as Administrações Regionais, que oferecem ao público do SENAR em todo o país ações de formação profissional rural (FPR) e atividades de promoção social (PS), a partir das quais são desenvolvidas competências profissionais, contribuindo para o avanço socioeconômico dos cidadãos do campo.

Cada Administração Regional do SENAR disponibiliza ao seu público uma oferta educativa variada, específica e definida em planejamento anual de trabalho, desenvolvido a partir das necessidades de Formação Profissional Rural (FPR), Formação Técnica (FT), Promoção Social (PS) e Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) dos municípios e do estado.

Para viabilizar as ações de FPR, FT e ATeG, as Administrações Regionais estabelecem parcerias com entidades, sindicatos rurais; associações de produtores; entidades de classe organizadas, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, órgãos de assistência técnica e outros que as auxiliem a alcançar a clientela de modo abrangente e efetivo no maior número possível de municípios do país. Essas entidades, por seu poder de atuação como lideranças locais e junto a seus associados, em geral atingem a capilaridade almejada pela instituição, contribuindo para o levantamento das necessidades locais de capacitação profissional, promoção social, mobilização e composição das turmas.

O processo de escolha, capacitação e acompanhamento das entidades parceiras é criterioso e constante para manter os níveis de qualidade dos serviços educacionais prestados.

A missão do SENAR é realizar a Educação Profissional, a Assistência Técnica e as atividades de Promoção Social, contribuindo para um cenário de crescente desenvolvimento da produção sustentável, da competitividade e de avanços sociais no campo.

Suas ações executivas, através da realização direta das atividades de formação profissional, assistência técnica e promoção social em especial:

- Ações de formação profissional rural, que promovam a qualificação e o aumento da renda do trabalhador, por meio de cursos de formação inicial e continuada nas áreas de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo, agroindústria, atividades de apoio agrossilvipastoril e atividades relativas à prestação de serviços.
- Ações de assistência técnica com ênfase na gestão nas áreas de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo, agroindústria, atividades de apoio agrossilvipastoril e atividades relativas à prestação de serviços;
- Ações de promoção social voltadas para a saúde, alimentação e nutrição, artesanato, organização comunitária, cultura, esporte e lazer, educação e apoio às comunidades rurais;

Seus princípios são fundamentados em:

- Organizar, administrar, executar e supervisionar, em todo o território nacional, o ensino da Formação Profissional Rural e da Promoção Social das pessoas do meio rural.
- Com base nos princípios da livre iniciativa, da economia de mercado e das urgências sociais, aprimorar as estratégias educativas e difundir metodologias para ofertar ações adequadas de Formação Profissional Rural e Promoção Social ao seu público.
- Assessorar os governos federal e estadual em assuntos relacionados com a formação de profissionais rurais e atividades assemelhadas.
- Expandir parcerias e consolidar alianças públicas e privadas com o objetivo de cumprir a missão institucional.
- Estimular a pesquisa e garantir o acesso à inovação rural.
- Fortalecer e modernizar o sistema sindical rural.
- Aperfeiçoar os mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação de desempenho institucional.
- Promover a cidadania, a qualidade de vida e a inclusão social das pessoas do meio rural.

A Formação Profissional Rural (FPR) é um processo educativo, sistematizado, que se integra aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia para desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para a vida produtiva e social atendendo às necessidades de efetiva qualificação para o trabalho, com perspectiva de elevação da condição sócio profissional do indivíduo.

Áreas de ação

- Agricultura
- Pecuária
- Silvicultura
- Aquicultura
- Extrativismo
- Agroindústria
- Atividades de Apoio Agrossilvipastoril

- Atividades relativas à Prestação de Serviços

Na Formação Técnica (FT) a concepção dos Cursos Técnicos de Nível Médio fundamenta-se na promoção do desenvolvimento de competências profissionais alinhadas com as cadeias produtivas do setor rural. A organização dos currículos traduz a realidade do mundo do trabalho para o processo educacional, onde a prática e a teoria são essenciais na aquisição de novos saberes. Os cursos técnicos são realizados em ambientes estruturados de acordo com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica. Os polos de apoio presencial, por exemplo, são locais em que se oportuniza o acesso ao conhecimento de forma mais democrática para jovens e adultos trabalhadores do campo, que necessitam de horários flexíveis de estudo.

Educação a Distância

Mais de 80 cursos nos variados programas, mais de 200 professores criando conteúdos significativos e mais de 900 mil alunos matriculados no EaD Senar.

A Promoção Social (PS) Com enfoque educativo possibilita ao trabalhador, produtor rural e suas famílias a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais e mudanças de atitudes que favorecem melhor qualidade de vida e participação na comunidade.

Áreas de ação

- Saúde
- Alimentação e Nutrição
- Artesanato
- Organização Comunitária
- Cultura, esporte e lazer
- Educação
- Apoio às comunidades rurais

A Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) é uma metodologia inédita de assistência técnica do SENAR com foco em adequação tecnológica, capacitação, gestão e meritocracia. A ATeG está fundamentada em cinco etapas, que envolvem todo o processo a ser aplicado no desenvolvimento da propriedade rural atendida: diagnóstico, planejamento, adequação tecnológica, formação profissional do produtor e análise de resultados, de forma a possibilitar a disseminação de tecnologias associadas à consultoria gerencial. A ATeG do SENAR atende todas as cadeias produtivas.

Dados estatísticos do SENAR no ano de 2019:

Promoção Social: **270.475** Participantes em Programas Especiais e de Promoção Social;

Formação Profissional: **735.454** Participantes de Programas Especiais e Formação Profissional Rural;

Capacitação Metodológica: **644** Agentes do Senar capacitados em turmas presenciais; **678** Instrutores e mobilizadores participantes de formação a distância;

Assistência Técnica e Gerencial: **40.446** Propriedades atendidas, **1.214** Técnicos de campo habilitados e **58** Jovens capacitados em uma oficina de inovação.

Dados estatísticos do SENAR no ano de 2020:

Em 2020 foram planejadas ações em âmbito de programas nacionais em 25 Administrações Regionais com destaque aos projetos AgroNordeste, FIP Paisagens Rurais e SuperAção Brumadinho e o atendimento de **48.671 propriedades** até o momento.

O SENAR é a escola que tira a tecnologia das prateleiras e leva ao campo, onde há necessidade, e aplica as pesquisas, onde há demanda. Para auxiliar agricultores e pecuaristas na chamada resiliência climática, o SENAR busca novos parceiros internacionais e desenvolve ações, programas e projetos voltados para a sustentabilidade. Abaixo listamos alguns desses projetos e programas:

- AgroUp
- ABC Cerrado
- Agricultura de Precisão
- Agricultura Irrigada
- CNA Jovem
- Trabalho Decente
- Sertão Empreendedor
- Pronatec do SENAR
- Programa Especial Proteção de Nascentes
- Programa Empreendedor Rural
- Programa de Saúde Preventiva
- Programa Cidadania Rural
- PRADAM
- Negócio Certo Rural
- Mulheres em Campo
- Inclusão Digital Rural

Case Projeto Rural Sustentável

O SENAR é um dos parceiros do projeto, que iniciou com uma cooperação do Governo do Reino Unido (Department of environment Food and Rural Affairs – DEFRA) ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e que tem como responsável pela execução o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O acordo de cooperação geral prevê recursos na ordem de US\$ 40 milhões para adequação tecnológica, pautada na gestão das propriedades, com a habilitação de Unidades Demonstrativas (UD) e Unidades Multiplicadoras (UM), que receberão incentivo financeiro, pela adoção de pelo menos uma das tecnologias priorizadas no Rural Sustentável.

O Projeto Rural Sustentável está fundamentado na adoção, adequação e utilização de tecnologias agrícolas, como Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Recuperação de Áreas Degradadas, Plantio Florestal Comercial e Manejo Sustentável de Florestas Nativas.

Objetivo Geral

Melhorar as práticas de uso da terra e manejo florestal utilizadas por pequenos e médios produtores rurais nos biomas Amazônia e Mata Atlântica para promover o desenvolvimento rural sustentável, reduzir a pobreza, incentivar a conservação da biodiversidade e promover a proteção do clima, por meio de metodologia de Assistência Técnica e Gerencial – ATeG do SENAR, possibilitando acesso ao modelo de assistência técnica associado à consultoria gerencial, em consonância com as ações de formação profissional rural, com ênfase na utilização de tecnologias sustentáveis.

Objetivos Específicos:

- Selecionar produtores com perfil adequado às exigências do projeto;
- Qualificação de Técnicos de Campo e Supervisores que atuarão efetivamente no projeto;
- Implantação de Unidades Demonstrativas: 50 UDs/ Estado (Total Geral Nacional: 350);
- Implantação de Unidades Multiplicadoras: 480 UMs/ Estado (Total Geral Nacional: 3.360);
- Capacitação dos produtores rurais através das ações de Formação Profissional Rural do SENAR;
- Restaurar cerca de 40.000 ha de terras degradadas em 7 estados estratégicos na Amazônia; (PA, RO e MT) e na Mata Atlântica (MG, BA, PR e RS);
- Reduzir cerca de 10 milhões de toneladas de CO₂ ao longo de 20 anos;
- Evitar a emissão de cerca de 7 milhões de toneladas de CO₂ provenientes do desmatamento no mesmo período;
- Melhorar a renda e reduzir a pobreza em áreas rurais;
- Visitas técnicas de campo, com duração de 4h mensais;
- Acompanhamento dos resultados obtidos tanto pela coordenação regional como pela nacional, com comunicação permanente ao BID e ao MAPA.

Case Do rural à mesa

O Programa Do Rural à Mesa é uma parceria inédita entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) que tem como proposta aproximar produtores e consumidores. É um modelo de arranjo produtivo, social e comercial entre grupos de produtores e consumidores de alimentos, pautado na Assistência Técnica e Gerencial, na formação profissional rural e na conscientização de estudantes de gastronomia, que visa, sobretudo, a integração, melhoria da qualidade e segurança dos alimentos, além da organização social e aumento de renda dos produtores rurais.

É uma iniciativa inovadora que trabalha aspectos de sustentabilidade das propriedades rurais e da qualidade e rastreabilidade dos alimentos.

A parceria começou em 2015 no Município de Alexânia, em Goiás. Neste projeto-piloto, o SENAR oferece Assistência Técnica e Gerencial para um grupo de produtores de hortifrúti, com foco no acompanhamento dos processos produtivos, de gestão e comercialização, garantindo padronização e qualidade dos alimentos e intermediando todo o processo. Do outro lado, o Senac incentiva a produção assistida a partir da aquisição regular e direta dos agricultores que participam do programa, de uma cesta de produtos que são utilizados na preparação de refeições nos restaurantes escola que a entidade mantém em Brasília – DF.

Objetivo

O Programa Do Rural à Mesa tem foco na melhoria dos processos produtivos para garantir alimentos de melhor qualidade e regularidade e facilitar a comercialização da produção.

Case Mapa Leite

O Projeto Mapa Leite, fruto de uma parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), visa fornecer Assistência Técnica e Gerencial a 3.300 propriedades rurais, além da capacitação para produção, transporte e beneficiamento de leite seguro e de qualidade nos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No projeto, cada propriedade rural recebe do SENAR a metodologia de Assistência Técnica e Gerencial, com acompanhamento continuado de profissionais com formação em ciências agrárias de nível técnico e superior em Agronomia, Medicina Veterinária ou Zootecnia, capacitados e habilitados pela instituição.

Para a implantação de boas-práticas agropecuárias e melhoria da qualidade do leite nas propriedades atendidas, o projeto contará com uma Consultoria Master especializada, que terá foco na melhoria dos indicadores de qualidade do leite e de segurança alimentar.

Esta é uma ação de grande importância para produtores de leite e para a indústria, uma vez que, dentre outros benefícios, trará melhorias da qualidade do leite por meio do incentivo às boas práticas de produção.

Metodologia de Assistência Técnica e Gerencial do SENAR

A Metodologia de Assistência Técnica e Gerencial está fundamentada em cinco etapas, que abrangem todo o processo produtivo a ser aplicado no desenvolvimento da propriedade rural atendida, conforme esquema abaixo:

1º Diagnóstico Produtivo Individualizado

Quando são levantadas as informações produtivas, ambientais, sociais e econômicas necessárias para estabelecer metas e um cronograma de ações.

2º Planejamento Estratégico

Importante etapa de pactuação dos objetivos, que ocorrem entre o produtor rural e o Técnico de Campo, sempre com o acompanhamento de um Supervisor.

3ª Adequação Tecnológica

É quando são feitas as recomendações pela equipe técnica que geram impacto direto em todo o sistema de produção.

4ª Capacitação Profissional Complementar

Utilizando a experiência do SENAR, as ações de curta e média duração complementam os conhecimentos trazidos pelo Técnico de Campo e auxiliam na tomada de decisão dos produtores.

5ª Avaliação Sistemática de Resultados

Conjunto de ferramentas operacionais e tecnológicas, desenvolvidas pelo SENAR, que apontam para o alcance do resultado, ou, sinalizam a necessidade de ajustes no planejamento da propriedade.

Levantamento das informações produtivas, ambientais, sociais e econômicas necessárias para estabelecer metas e um cronograma de ações eficazes.

A partir da análise dos dados levantados nas primeiras visitas do Técnico de Campo à propriedade assistida, são determinados os parâmetros para realização do Diagnóstico Produtivo Individualizado.

Importante etapa de pactuação de objetivos, que ocorre entre o produtor rural e seu técnico de campo, sempre com o acompanhamento de um supervisor. Com base no diagnóstico da situação atual, fruto da análise dos dados iniciais, é feito o planejamento anual da propriedade, abrangendo os aspectos levantados.

É quando são feitas as recomendações pela equipe técnica que geram impacto direto em todo o sistema de produção. São propostas soluções que se enquadrem dentro da capacidade operacional, gerencial e econômica do produtor, com foco na evolução sustentável de seus negócios.

Case PRADAM

Primeira parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia (PRADAM), dissemina práticas de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) na região amazônica. O SENAR desenvolve o PRADAM com outros dois parceiros: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Embrapa. O PRADAM mostra aos produtores que com tecnologias ABC é possível produzir em áreas já abertas e que não há necessidade de avançar sobre as florestas para impulsionar a produtividade nas propriedades.

Primeira etapa

No primeiro ano do PRADAM, em 2016, o SENAR mobilizou 1113 produtores para 11 eventos sobre as tecnologias sustentáveis para o Bioma Amazônia: Sistema Plantio Direto, Recuperação de Pastagens Degradadas, Florestas Plantadas e Sistemas Agroflorestais, dentre eles a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

O SENAR também foi responsável pela capacitação de 40 técnicos de assistência técnica pública e privada dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Maranhão nas tecnologias produtivas adaptadas ao Bioma Amazônia e em sua metodologia de Assistência Técnica e Gerencial (AteG). Foram dois módulos de capacitação, um direcionado para as tecnologias Sistema Plantio Direto, Recuperação de Pastagens Degradadas, Florestas Plantadas e Sistemas Agroflorestais e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) realizado em parceria com a Embrapa – e outro na metodologia de Assistência Técnica e Gerencial do SENAR e em Ferramentas Gerenciais.

Segunda etapa

Pelos resultados obtidos, o SENAR e parceiros foram convidados pela FAO a realizar uma segunda etapa do PRADAM, com as seguintes ações:

Seis Dias de Campo, com palestra e contato com a tecnologia desenvolvida na propriedade escolhida. Cada evento terá carga horária de até 8 horas.

Fornecimento de insumos para 6 Unidades de Referência Tecnológica – URTs de natureza pública, que desenvolvam pesquisa e/ou ensino sobre a temática do projeto e que estejam inseridas nos estados de atuação do PRADAM.

Seminário PRADAM, balanço e perspectivas, que será realizado em Brasília/DF, com foco nos resultados, recomendações, lições aprendidas, desafios e oportunidades para a melhoria da produtividade, renda e qualidade de vida nas propriedades rurais do Bioma Amazônia.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR está preparado para compartilhar com outros países conhecimento e experiência acumulados em mais de duas

décadas de atuação na maior agricultura tropical do mundo.

Alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o portfólio de cooperação internacional oferece soluções em assistência técnica e gerencial, formação profissional e técnica, além da promoção da igualdade de gênero e da qualidade de vida no campo.

A Assistência Técnica e Gerencial (AteG) é destaque da carteira de serviços do SENAR. Com uma metodologia própria, a instituição tem disseminado tecnologias e boas práticas que associam respeito ao meio ambiente e renda para os produtores rurais.

Seja pelo método presencial ou por meio de plataforma de ensino a distância, o SENAR é capaz de levar conhecimento para onde o produtor estiver – do Cerrado brasileiro à Savana africana.

A entidade já executou projetos em outros países e pode participar de projetos nas diversas modalidades de cooperação internacional.

O SENAR atuará, previsivelmente, no projeto por meio de termos de referência elaborados pela coordenação e executora do projeto, referentes ao Componente 3, com o objetivo de melhorar a situação socioecológica das empresas agrícolas, com a devida justificativa detalhada para a contratação direta e Não Objeção do KfW, adicionalmente, o KfW vai receber a oferta técnica e financeira acompanhada de uma avaliação específica para Não Objeção.

7. CAPACIDADE DE CONTRAPARTIDA DA ENTIDADE EXECUTORA NACIONAL

A capacidade física e em espécie (recursos humanos, instalações físicas, comunicação, capacidades técnicas, dentre outros que não envolvem recursos financeiros) de contrapartida da instituição nacional deverá ser expressa por seu aporte ao Projeto.

A Entidade Executora Nacional colocará à disposição do projeto em termos de pessoal técnico e administrativo pertencente ao seu quadro de funcionários sem ônus para o projeto. Para tanto, serão considerados os critérios de oportunidade, capacitação específica para o desempenho das atividades e adequação às necessidades identificadas em termos de quantidade de pessoal requerido.

8. MATRIZ LÓGICA DO PROJETO

A Matriz Lógica trata-se de uma planilha em que são apresentados, de forma esquematizada, os Objetivos, Resultados, Insumos, Indicadores do Projeto e Meios de Verificação. A planilha deve ser considerada pela Coordenação Executiva do Projeto como uma apresentação da concepção do Projeto é uma ferramenta de uso diário, em paralelo ao cronograma de execução e ao Plano Operativo.

Com a MATRIZ LÓGICA, a Coordenação Executiva do Projeto contará com um instrumento que permite planejar, detalhadamente ou não, todos os passos necessários para executar seu Projeto. Uma vez iniciada a execução permite cadastrar os dados reais de execução, caso os dados reais sejam diferentes daqueles planejados, é feito um replanejamento dinâmico, mostrando claramente a Coordenação Executiva possíveis problemas, tais como atrasos localizados, insumos sobrecarregados ou ociosos, permitindo através de simulações de diversos tipos a tomada de decisões por parte dos gestores, quando estas forem necessárias. Nesse sentido, a Matriz Lógica, ao requerer a apresentação de Indicadores e Meios de Verificação, oferece uma ferramenta indispensável à Entidade Executora Nacional Entidade Executora Nacional na análise do alcance efetivo e sustentado dos resultados pré-estabelecidos. A título de

esclarecimento, os Indicadores podem ser considerados como os elementos ou circunstâncias que atestam o impacto substantivo do projeto sobre o público-alvo do projeto. Já os Meios de Verificação têm a missão de demonstrar que determinadas Atividades ou Resultados foram atingidos conforme planejado.

A Coordenação Executora do PCT deverá procurar manter a Matriz Lógica continuamente atualizada, pois esta constitui referência importante para a elaboração dos Relatórios de Progresso, a serem encaminhados à ABC e à Instituição Doadora periodicamente.

Objetivos	Indicadores	Fontes de verificação	Premissas
<p>Objetivos do programa Através da preservação da floresta tropical e o uso sustentável dos recursos naturais no Brasil [nesse caso, na Amazônia] contribuirá para a proteção global do clima e da biodiversidade e se tornará a base do desenvolvimento social, ecológico e economicamente sustentável no Brasil [nesse caso, na Amazônia].</p>	<p>Indicador de meta do programa para o qual a meta do projeto contribui: 1) A taxa anual de desmatamento na Amazônia está caindo continuamente e em 2020 atingirá a meta de aproximadamente 3925 km² definida no plano nacional de mudança climática. O desmatamento ilegal terminará em 2030, e o desmatamento legal restante é estimado em aproximadamente 200 km². Valor base: 6,947km² Valor alvo: 3.925 km²</p> <p>2) A proporção de desmatamento em áreas indígenas e em reservas naturais em relação ao total de desmatamento na Amazônia é estável, no máximo 2% e 8% respectivamente (média 2004 - 2015). Valor base: IG: 139 km²; SG: 555 km² Valor alvo: IG: 72 km²; SG: 288 km²</p>	<p>PRODES e publicação do Ministério do Meio Ambiente para cada ano florestal</p>	
<p>Objetivo do projeto (outcome) Inovação nas cadeias produtivas da agropecuária para a conservação florestal na Amazônia.</p>	<p>Indicador de meta do componente 1: Número de autoridades/representações federais / estaduais em pelo menos três (3) estados que usam a plataforma de TI / índice de conformidade socioambiental. Valor base: 0 Valor alvo: 8</p> <p>Indicador de meta do componente 2: Aumento do número de imóveis rurais com um índice</p>	<p>Relatórios de avaliação da plataforma de TI para a classificação e monitoramento da situação socioambiental dos empreendimentos agrícolas.</p>	<p>A Lei Florestal permanece em vigor na sua versão atual (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). O governo brasileiro está fornecendo recursos humanos, técnicos e financeiros adequados para o projeto e para a consolidação do cadastro ambiental rural (CAR), regulamentação ambiental, controle da exploração ilegal de madeira e</p>

	<p>socioambiental adequado nas áreas prioritárias (atendendo aos requisitos mínimos legais). Valor base: * Valor pretendido: *</p> <p>Indicador de meta do componente 3: Aumento do número de produtos de pelo menos uma (1) cadeia de valor com um índice socioambiental adequado nas áreas prioritárias (cumprimento dos requisitos mínimos legais) Valor base: * Valor pretendido: *</p>		<p>consolidação de cadastros fundiários. O órgão executor do projeto assegurará a coordenação com outras autoridades em nível federal e estadual para a integração dos sistemas de TI. Os órgãos competentes estão preparados para consolidar e disponibilizar dados para o estabelecimento do índice de conformidade socioambiental.</p>
<p>Output 1 Os instrumentos de classificação e monitoramento da situação socioambiental dos imóveis rurais e dos produtos intermediários das cadeias de valor selecionadas (carne bovina, madeira, soja) são utilizados pelas autoridades competentes em nível federal e estadual (plataforma de compliance socioambiental).</p>	<p>Indicador Output 1.1: Número de municípios para os quais são inseridos registros de dados confiáveis na plataforma de TI. Valor base: 0 Valor pretendido: 320</p> <p>Indicador Output 1.2: Número de imóveis rurais classificados. Valor base: 0 Valor Alvo: 3800</p> <p>Indicador Output 1.3: Número de usuários capacitados da plataforma de TI (SDI, SFB, órgãos governamentais). Valor base: 0 Valor pretendido: 40</p>	<p>interfaces realizadas na plataforma de TI, acordos interinstitucionais de cooperação técnica. Protocolos sobre o uso (por exemplo, número de consultas) da plataforma de TI Lista de usuários treinados.</p>	<p>A sociedade civil e o setor privado estarão envolvidos, desde cedo, no desenho do índice de conformidade socioambiental e terão acesso a ele. Os órgãos competentes devem promover a transparência e a credibilidade do índice de compliance socioambiental. A agência executora do projeto garante a qualidade dos conjuntos de dados e bancos de dados processados. Os estados, produtores e atores do setor privado selecionados têm interesse em melhorar a rastreabilidade dos produtos intermediários e em consolidar dados sobre o desmatamento ilegal. O órgão executor do projeto e as autoridades competentes em nível federal e estadual fornecem recursos humanos, técnicos e financeiros adequados para a operação e manutenção da plataforma de TI.</p>
<p>Output 2 As iniciativas eficazes para melhorar a rastreabilidade dos produtos produzidos de forma sustentável ao longo das cadeias</p>	<p>Indicador Output 2.1: Número de iniciativas cobertas por análises regionais que contribuem para melhorar a rastreabilidade dos produtos produzidos de forma sustentável ao longo das</p>	<p>Documentação das iniciativas apoiadas. Interfaces da plataforma de TI para bancos de dados de autoridades</p>	<p>Autoridades/ repartições estatais, atores da cadeia de valor, instituições de pesquisa, serviços de extensão agrícola e organizações da sociedade civil estão interessados e</p>

<p>de valor e sua valorização são ampliadas.</p>	<p>cadeias de valor e seu valor agregado. Valor base: 0 Valor pretendido: 50</p> <p>Indicador Output 2.2: Número de iniciativas apoiadas para melhorar a rastreabilidade dos produtos produzidos de forma sustentável ao longo das cadeias de valor e a sua valorização Valor base: 0 Valor pretendido: 25</p>	<p>federais/locais com informações sobre a rastreabilidade de produtos de cadeias de valor selecionadas.</p>	<p>participam dos chamados para financiamento de iniciativas de inovação em rastreabilidade ou consolidação de dados sobre desmatamento ilegal. A promotora disponibilizará os recursos humanos, técnicos e financeiros adequados para implementar os convites à apresentação de propostas para iniciativas de inovação (planos demonstrativos).</p>
<p>Output 3: A situação socioambiental (compliance das normas ambientais e sociais) dos imóveis rurais nas áreas prioritárias melhorou.</p>	<p>Indicador Output 3.1: Número de municípios examinados por análises regionais. Valor base: 0 Valor pretendido: 30</p> <p>Indicador Output 3.2: Número de imóveis rurais que recebem apoio para atender aos padrões socioambientais. Valor base: 0 Valor pretendido: *</p>	<p>Análises regionais elaboradas. Relatórios recuperados da plataforma de TI sobre a proporção de fazendas com um índice apropriado nas áreas prioritárias.</p>	<p>O promotor e o consultor de implementação internacional assegurarão o cumprimento dos critérios mínimos de elegibilidade das fazendas. Instituições estaduais/locais, atores da cadeia de valor, instituições de pesquisa, serviços de extensão agrícola e organizações da sociedade civil participam dos editais de propostas de iniciativas para melhorar/regulamentar a situação socioambiental de fazendas em áreas com baixo índice de conformidade. O MAPA e o IICA disponibilizarão recursos humanos, técnicos e financeiros adequados para implementar os editais de propostas de projetos de melhoria da situação socioambiental.</p>
<p>Output 4 Gerenciamento, monitoramento e avaliação de projetos</p>			<p>Agente financeiro e consultor de implementação internacional cumprem altos requisitos de conformidade e monitoram adequadamente os riscos de corrupção/uso indevido de dados.</p>
<p>Atividades Output 1: Possíveis atividades:</p>			

1.1 Plataforma de TI para classificação e monitoramento da situação social e ambiental de explorações agrícolas e produtos intermediários (carne bovina, madeira, soja) em relação às normas ambientais e sociais (índice de conformidade socioambiental)

- Desenvolvimento de um modelo para gerar um índice socioambiental para a classificação das propriedades agrícolas.
- Desenvolvimento de um modelo para gerar o índice socioambiental ponderado dos produtos de diferentes fazendas.
- Estabelecimento de uma plataforma de classificação e monitoramento da situação social e ambiental de fazendas e produtos.

1.2 Desenvolvimento e/ou melhoria das interfaces do sistema.

- Análise dos requisitos de infraestrutura e software para a integração de bancos de dados relevantes de diferentes instituições
- Suporte ao desenvolvimento de TI, aquisição de hardware e software para assegurar interfaces de dados e fornecimento dos dados dos indicadores utilizados no índice por parceiros de cooperação (ex. INCRA, ME, IBAMA)

1.3 Desenvolvimento e/ou melhoria dos sistemas de rastreabilidade da cadeia de valor.

- Suporte ao desenvolvimento de TI, aquisição de hardware e software para integrar os dados de transporte dos produtos (MAPA/ SDA, bem como autoridades estaduais).

1.4 Desenvolver e/ou melhorar os sistemas para diferenciar o desmatamento ilegal do legal.

- Apoio ao desenvolvimento de TI, aquisição de hardware e software para diferenciar o desmatamento ilegal do legal

1.5 Fortalecimento das autoridades estaduais e locais em áreas prioritárias.

- Desenvolvimento e implementação de inovações técnicas para promover a aceitação e a disposição dos produtores para cooperar.
- Apoio ao desenvolvimento de TI, hardware e software para garantir o fornecimento de dados pelas autoridades federais/locais (com foco na rastreabilidade e diferenciação entre desmatamento ilegal e legal)

1.6 Capacitação dos usuários da plataforma de TI e institucionalização do conhecimento.

- Apoiar a adaptação de políticas e procedimentos para o uso da plataforma.
- Desenvolvimento e implementação de treinamentos.

1.7 Apoio às atividades de comunicação.

- Apoio à organização de seminários técnicos, publicações e visitas de estudo para promover o diálogo com grupos relevantes de partes interessadas, em particular o setor privado, instituições de pesquisa e a sociedade civil.
- Suporte ao fornecimento de interfaces ou plataformas de dados para o compartilhamento ou divulgação de dados diferenciados sobre a conformidade das fazendas e/ou produtos com as normas ambientais e sociais.

Output 2:

Possíveis atividades:

2.1 Estudos e análises regionais, por exemplo, sobre iniciativas existentes para melhorar a rastreabilidade de produtos nas cadeias de valor selecionadas e melhores práticas para implementação de padrões ambientais e sociais.

2.2 Co-financiamento de projetos de inovação em estados selecionados com foco na rastreabilidade e na promoção de cadeias de valor sustentáveis (cumprimento de normas ambientais e sociais).

- Chamada para propostas de projetos de demonstração (incluindo marketing e valorização de produtos de cadeias de valor sem desmatamento / agricultura amigável ao clima).
- Seleção de projetos (aceitação, triagem, avaliação).
- Monitoramento do projeto.
- Monitoramento e avaliação dos projetos (premiação das melhores iniciativas).
- Ampliação de projetos de sucesso e transferência para outras regiões.

2.3 Estratégia de comunicação para projetos de inovação.

- Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação.
- Apoio a publicações e relações públicas.

- Implementação de campanhas de mobilização.

2.4 Sistematização e disseminação da experiência.

- Apoio a estudos de melhores práticas e troca de experiências entre iniciativas de exemplo nos estados selecionados.

Output 3:

Possíveis atividades:

3.1 Estudos e análises regionais, por exemplo, para melhorar a situação socioambiental das fazendas em áreas selecionadas, identificar as principais razões para o baixo índice de conformidade e desenvolver estratégias.

3.2 Co-financiamento de iniciativas para melhorar ou regular a situação socioambiental de fazendas em áreas selecionadas

- Chamada para propostas de projetos de melhoria socioambiental (incluindo assessoria técnica, florestamento e regeneração de terras degradadas, operacionalização de mecanismos de compensação, por exemplo, comércio de contingentes de reservas florestais - CRA, pagamento por serviços ambientais - PSA)
- Seleção de projetos (aceitação, triagem, avaliação).
- Monitoramento do projeto.
- Monitoramento e avaliação dos projetos (premiação das melhores iniciativas).

3.3 Estratégia de comunicação para iniciativas regulatórias.

- Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação.
- Apoio a publicações e relações públicas.
- - Implementação de campanhas de mobilização.

Output 4:

Possíveis atividades:

4.1 Gerenciamento de projetos.

- Coordenação de projetos pela unidade de gerenciamento de projetos.
- Comissionamento de serviços de consultoria internacional.
- Desenvolvimento do manual de operações e estratégia de comunicação.
- Apoio na preparação, implementação e documentação do planejamento da operação (POA)
- Relatórios.

4.2 Gestão financeira e compras.

- Envolvimento do agente financeiro.

4.3 Gestão da informação e do conhecimento.

- Seminários, publicações, troca de experiências.

4.4 Monitoramento e avaliação.

- Elaboração de um estudo de base sobre o valor dos indicadores.
- Desenvolvimento de um sistema de monitoramento.
- Avaliação intermediária e final.

9. INSUMOS

Nesta seção deverão ser discriminados, os recursos humanos e demais insumos necessários para a execução do Projeto, de acordo com as linhas orçamentárias do IICA, denominadas *Objetos de Gasto Maior – OGM*, conforme demonstrado a seguir. Cabe ressaltar que a Entidade Executora Nacional deverá tomar conhecimento da legislação brasileira pertinente às despesas elegíveis aos projetos de cooperação técnica.

OGM 1 - Pessoal Profissional Internacional: (Não se Aplica)

Esta categoria está composta por profissionais de alto nível acadêmico e ampla experiência profissional, nomeadas ou contratadas com caráter de funcionários internacionais para desempenhar atividades em qualquer um dos Estados Membros do IICA.

Cabe ressaltar que esses técnicos não são consultores e sim funcionários efetivos do IICA, durante a vigência do Projeto.

OGM 2 - Pessoal Nacional: (Não se Aplica)

Pessoal Profissional Local - PPL: Constituído por especialistas contratados localmente, que possuam títulos profissionais e estejam ligados ao Instituto por um contrato de trabalho de acordo com as leis e práticas trabalhistas (encargos sociais) do país no qual prestarão seus serviços. Seu regime trabalhista está sujeito também, às disposições pertinentes dos regulamentos do Instituto e às normas que não se opõem a essas leis ou práticas trabalhistas locais. Estes funcionários não necessariamente devem ser cidadãos do País onde trabalham, no entanto, devem possuir a documentação necessária que os permita trabalhar legalmente no país.

Pessoal de Serviços Gerais – PSG: Desempenha tarefas para as quais pode-se ou não necessitar treinamento técnico específico, porém não requerem título acadêmico de nível superior (3º grau). São contratados localmente, para desempenhar funções de caráter administrativo ou prestar serviços de secretariado e auxiliares, sendo ligados ao Instituto por um contrato de trabalho de acordo com as leis e práticas trabalhistas (encargos sociais) do país no qual prestarão seus serviços. Seu regime trabalhista está sujeito também, às disposições pertinentes dos regulamentos do Instituto e às normas que não se opõem a essas leis ou práticas trabalhistas locais. Estes funcionários não necessariamente devem ser cidadãos do País onde trabalham, no entanto, devem possuir a documentação necessária que os permita trabalhar legalmente no país.

OGM 3 – Capacitação, Bolsas de Estudo, Estágios e Eventos:

Destina-se ao pagamento de atividades de organização de eventos de treinamento, como seminários, cursos, workshops, etc. e cobrem as seguintes despesas: preparação de "papers", apostilas, material didático; pró-labore de moderadores, taxas de inscrição, aluguel de auditório, facilidades de som e tradução, equipamentos didáticos e de informática e demais despesas de cunho logístico, pessoal de apoio administrativo e operacional (intérpretes, digitadores, técnicos de som, etc.).

OGM 4 - Viagens de Pessoal Permanente: (Não se Aplica)

Engloba os gastos de viagens (passagens, diárias e reembolsos de despesas com viagens) que sejam realizados pelos funcionários contratados pelo IICA (OGMs 1 e 2).

OGM 5 - Publicações e Materiais e Insumos:

Esta linha engloba a impressão, distribuição e reprodução de documentos, avisos oficiais em jornais e materiais de escritório e insumos, tais como: papel, caneta, lápis, produtos de limpeza e manutenção, etc.

OGM 6 – Aquisição de Imóveis, Livros, Equipamentos e Móveis:

Devem estar inseridos nesta linha equipamentos a serem adquiridos pelo Projeto. Será observado o disposto no Acordo de Doação, firmado entre o IICA e a Instituição Doadora, Para aquisição de bens e equipamentos necessários à execução do Projeto, será adotado mecanismo criterioso de controle, de tal forma a evitar aquisições desnecessárias.

OGM 7 – Serviços Gerais: (Não se Aplica)

Esta linha orçamentária abrigará gastos com serviços gerais de manutenção, reparos, aluguéis, entre outros.

Tarifas públicas, como contas de água, esgoto e energia elétrica e ainda todos os gastos com comunicações que o Projeto efetue, também deverão ser alocados à esta Linha Orçamentária.

OGM 8– Contratos por Resultados e Serviços:

As regras e os procedimentos para contratação de profissionais e empresas para a elaboração de produtos, adotadas pelo Projeto, são compatíveis com o disposto no Acordo de Doação, firmado entre o IICA e a Instituição Doadora.

A cada contratação deverá ser elaborado Termo de Referência específico, com detalhamento do propósito da contratação, descrição dos produtos esperados e/ou das atividades a serem desenvolvidas, qualificações profissionais exigidas, entre outros quesitos.

Os produtos advindos dessas consultorias são específicos e demandam especialização apropriada. Nesse sentido, a legislação brasileira determina que a consultoria deve ser realizada por profissional de nível superior, graduado em área relacionada ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional, ou excepcionalmente, em não preenchendo o requisito de escolaridade mínima, tenha notório conhecimento da matéria afetada pelo Projeto. Os consultores contratados desempenham suas atividades de forma temporária e sem subordinação jurídica, estando suas atividades exclusiva e obrigatoriamente vinculadas aos resultados e produtos constantes dos documentos de Projeto.

O projeto prevê ao longo do período contemplado contratações de consultorias de pessoas físicas e jurídicas por Produto, e gastos com viagens.

a) Consultorias pessoa física e jurídica

Esta linha orçamentária engloba o pagamento de honorários, Viagens e seguros dos consultores contratados com recursos do Projeto. Cabe destacar que é considerado como consultor o profissional contratado por um período determinado para elaboração de produtos e sem qualquer vínculo empregatício. Devem ser incluídos ainda nesta linha, os custos de avaliação externa do projeto, bem como a aquisição de serviços eventuais.

b) Custos de planejamento, monitoramento e supervisão

Previsão de recursos para monitoramento e avaliação da equipe do IICA, consubstanciados em ações técnicas de planejamento, monitoramento e supervisão de natureza técnica das atividades do Projeto.

OGM 9 – Outros Custos: (IIICA 8,1%)**9.1. CUSTOS DIVERSOS:**

São incluídos aqui os gastos com atos oficiais, encargos bancários, e despesas não imputáveis a nenhum dos outros componentes orçamentários anteriormente descritos.

10. ORÇAMENTO

Fonte dos Recursos: KFW

Valores em (EUR\$)

COMPONENTE	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	TOTAL
	15%	25%	25%	25%	10%	
1. PESSOAL PROFISSIONAL INTERNACIONAL	-	-	-	-	-	-
2. PESSOAL NACIONAL	-	-	-	-	-	-
3. CAPACITAÇÃO BOLSAS DE ESTUDO, ESTÁGIOS E EVENTOS	51.000,00	85.000,00	85.000,00	85.000,00	34.000,00	340.000,00
4. VIAGENS PESSOAL PERMANENTE	-	-	-	-	-	-
5. DOCUMENTOS, MATERIAL E INSUMOS.	34.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	23.000,00	230.000,00
6. AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS, LIVROS, EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E MÓVEIS	469.930,00	716.550,00	716.550,00	716.550,00	246.620,00	2.866.200,00
7. SERVIÇOS GERAIS	-	-	-	-	-	-
8. CONTRATOS POR RESULTADOS E SERVIÇOS	1.780.612,50	3.067.687,50	3.067.687,50	3.067.687,50	1.237.075,00	12.220.750,00
9. OUTROS CUSTOS	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	250.000
SUBTOTAL	2.386.042,50	3.976.737,50	3.976.737,50	3.976.737,50	1.590.695,00	15.906.950,00
Reserva Técnica						653.050,00
RCI (8,1%)						1.440.000,00
TOTAL						18.000.000,00

11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Principais Marcos	Data de referência
Conclusão do Contrato de Contribuição Financeira	12/2019
Conclusão do Acordo em Separado (previsto)	10/2020
Primeiro desembolso (previsto)	12/2020
Licitação de - até	<p><u>Componente 1:</u> Investimentos de 01/12/2020 até 31/12/2021, licitações adicionais nos anos seguintes, dependendo da demanda</p> <p><u>Componente 2:</u> Estudos de 01/12/2020 até 30/04/2021, Investimentos de 01/05/2021 até 30/01/2022, licitações adicionais nos anos seguintes, dependendo da demanda</p> <p><u>Componente 3:</u> Estudos de 01/12/2020 até 30/04/2021, investimentos de 01/05/2021 até 30/12/2021, licitações adicionais nos anos seguintes, dependendo da demanda</p> <p><u>Componente 4:</u> Consultor de implementação de 01/11/2020 até 30/06/2021</p>
Início das atividades do Projeto	10/2020
Conclusão do Projeto	12/2024
Duração total esperada do Projeto em meses (Conclusão do Contrato de Contribuição Financeira até a avaliação final)	60